



## PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS Ata da 119ª reunião, realizada em 17 de junho de 2019

1 Em 17 de junho de 2019, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do Conselho  
2 Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de Estado de  
3 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte,  
4 Minas Gerais. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: os  
5 presidentes suplentes Anderson Silva de Aguiar e Marília Carvalho de Melo,  
6 representantes da SEMAD. Representantes do poder público estadual: Fernando  
7 Gustavo da Silva Quirino, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão  
8 (Seplag); Rodrigo Carvalho Fernandes, da Secretaria de Estado de Agricultura,  
9 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Rodrigo Bicalho Polizzi, da Agência  
10 Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do  
11 Estado de Minas Gerais (Arsae); Michelle Souza Costa, da Secretaria de Estado  
12 de Saúde (SES); Hélcio de Miranda Baptista, da Secretaria de Estado de Turismo  
13 (Setur); Ivonice Maria da Rocha, da Secretaria de Estado de Educação (SEE);  
14 Luciano José Alvarenga, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
15 (MPMG). Representantes do poder público municipal: Miguel Ribon Júnior, da  
16 Prefeitura Municipal de Itabirito; Eduardo Machado de Faria Tavares, da  
17 Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Rodrigo José Gonçalves, da Prefeitura  
18 Municipal de Betim; Bruna de Souza Otoni, da Prefeitura Municipal de Araçuaí;  
19 Max Miller Fernandes da Silva, da Prefeitura Municipal São João do Manteninha;  
20 Maria das Dores Dias, da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara; Antônio Carlos  
21 Vidal Barra, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba; Gabriel Augusto Campos, da  
22 Prefeitura Municipal de Itapeva; Antônio Geraldo de Oliveira, da Prefeitura  
23 Municipal de Patrocínio. Representantes dos usuários de recursos hídricos: Luiz  
24 Humberto de Freitas Souza, do Departamento Municipal de Água e Esgoto de  
25 Uberlândia (Dmae); Renato Junio Constâncio, da Companhia Energética de  
26 Minas Gerais (Cemig); Nelson Cunha Guimarães, da Companhia de Saneamento  
27 de Minas Gerais (Copasa); Guilherme da Silva Oliveira, da Federação da  
28 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Odorico Pereira de  
29 Araújo, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Denes  
30 Martins da Costa Lott, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Thiago Salles  
31 de Carvalho, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel);  
32 Marcelo Perondi, da Associação dos Usuários das Águas da Região de Monte  
33 Carmelo (AUA); Leonardo Romano, da Associação de Pescadores e Aquicultores  
34 do Sapucaí (Apas); Francisco de Assis Lafetá Couto, do Instituto Aço Brasil  
35 (IABr). Representantes da sociedade civil ligada aos recursos hídricos: Antônio  
36 Giacomini Ribeiro, da Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo  
37 Mineiro (Angá); José de Castro Procópio, do Instituto Guaicuy - SOS Rio das

38 Velhas; Antônio Eustáquio Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover);  
39 Tales Heliodoro Viana, do Conselho Regional de Biologia (CRBio); Marcos Miguel  
40 Temponi Godinho e Rayssa Cordeiro Figueiredo, do Conselho Regional de  
41 Engenharia e Agronomia (Crea); Danilo Carvalho de Almeida, da Associação  
42 Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas/MG); José Antônio da Cunha Melo, da  
43 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Andréia  
44 Marega Luz, da Universidade de Uberaba (Uniube); Edson de Oliveira Vieira, do  
45 Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da Universidade Federal de Minas Gerais  
46 (UFMG) – Campus Montes Claros. **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO**  
47 **HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O  
48 presidente suplente Anderson Silva de Aguiar declarou aberta a 118ª reunião do  
49 Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e propôs inversão de pauta,  
50 com discussão do item 6 antes dos demais, em função de agenda da diretora-  
51 geral do IGAM. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro  
52 Eduardo Machado de Faria Tavares: “Apesar de ainda não ter sido lançada, mas  
53 está sendo desenvolvida uma metodologia na Holanda, que é ‘water, peace and  
54 security’, um modelo para antecipar conflitos hídricos. Já foi testado em algumas  
55 regiões, principalmente na África, que deram resultados muito positivos. Só para  
56 trazer esse conhecimento. A sigla é WPS.” Presidente Anderson Silva de Aguiar:  
57 “Eu queria dar boas-vindas a José Antônio Melo, Bruna Souza, Michele Souza  
58 Costa, Andréia Marega Luz, Maria das Dores Dias e Danilo Carvalho de Almeida,  
59 novos conselheiros que ainda não haviam participado da reunião.” Conselheiro  
60 José de Castro Procópio: “Na verdade, eu trago uma pergunta do Fórum Mineiro  
61 de Comitês referente à contratação das duas empresas que venceram a licitação  
62 para dar apoio aos Comitês de Bacia.” Thiago Figueiredo Santana/IGAM:  
63 “Conforme aprovado na última reunião do Fórum Mineiro, foram indicados três  
64 representantes do Fórum para participar de uma reunião junto com os  
65 representantes da Seplag, para apresentação do que era o nosso negócio, da  
66 atuação do Comitê e de qual era o objetivo dos termos de cooperação. Nós  
67 fizemos uma reunião, apresentamos todo o projeto. A diluição do escopo de  
68 trabalho, que era em três anos, mantendo-se o valor, prolongando para mais  
69 dois, fechando em cinco anos. A discussão não foi findada naquela reunião, e  
70 haverá uma reunião ainda entre os secretários de Meio Ambiente, a Marília,  
71 diretora-geral do IGAM, e os secretários de Fazenda e Seplag para rediscutir a  
72 proposta. A nossa ideia é discutir uma contrapartida dentro do contexto do Fhidro  
73 após os cinco anos do termo de cooperação, uma discussão de implementação  
74 da cobrança em todo o Estado. Na próxima reunião do Fórum, nós vamos fazer  
75 uma apresentação sobre isso também.” Conselheiro Danilo Carvalho de Almeida:  
76 “A Abas está promovendo um simpósio sobre água subterrânea em ambiente  
77 cárstico. Eu estou com alguns cartazes aqui e vou deixar com o secretário  
78 Anderson para quem tiver interesse. Estou convidando a todos, em nome da  
79 Abas. Vai ter alguns especialistas, a Marília também vai estar presente proferindo  
80 palestra. Quem quiser mais informação pode pegar o cartaz ou através do site da

81 Abas, que tem todo o caminho para se fazer inscrição para o evento, no auditório  
82 da Escola de Engenharia da UFMG, no dia 5 de julho.” **DELIBERAÇÕES. 4)**  
83 **EXAME DA ATA DA 118ª REUNIÃO DO CERH.** Aprovada por unanimidade a  
84 ata da 118ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos,  
85 realizada em 23 de abril de 2019, com abstenções da Prefeitura de São João do  
86 Mantenhina e da Abes. **5) NOVO QUADRO DE METAS DO 2º CICLO DO**  
87 **PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO DO PACTO NACIONAL PELA GESTÃO**  
88 **DAS ÁGUAS (PROGESTÃO) PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS -**  
89 **PERÍODO 2019 A 2023 (ANEXOS III, IV E V).** Apresentação: Assessoria de  
90 **Programas, Projetos e Pesquisas em Recursos Hídricos/ASPRH/IGAM.**  
91 Aprovado por unanimidade o novo quadro de metas do 2º Ciclo do Programa de  
92 Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (Progestão) para o  
93 Estado de Minas Gerais - Período 2019 a 2023 (Anexos III, IV E V), nos termos  
94 apresentados nesta sessão. A partir de manifestações da Angá e do Mover e com  
95 a concordância do Plenário, a Presidência registrou requerimento à Câmara  
96 Técnica de Planos (CTPLAN) para que realize o acompanhamento sistemático  
97 das metas do Progestão, com envio de relatos periódicos ao Plenário, que se  
98 mantém como instância decisória. A Presidência registrou ausência das  
99 seguintes entidades: Sedectes, Seda, Prefeitura de Viçosa e UFU. **6) MINUTA**  
100 **DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH-MG QUE ALTERA A DELIBERAÇÃO**  
101 **NORMATIVA CERH-MG Nº 9, DE 16 DE JUNHO DE 2004, PARA FINS DE**  
102 **AJUSTE DO VOLUME MÁXIMO A SER CONSIDERADO COMO USO**  
103 **INSIGNIFICANTE PARA AS ACUMULAÇÕES SUPERFICIAIS NAS UPGRH**  
104 **SF6, SF7, SF8, SF9, SF10, JQ1, JQ2, JQ3, PA1, MU1, RIO JUCURUÇU E RIO**  
105 **ITANHÉM. PROCESSO SEI Nº 2240.01.0000330/2019-37.** Apresentação:  
106 **Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de**  
107 **Recursos Hídricos/DGAS/IGAM.** Minuta de deliberação normativa aprovada por  
108 unanimidade, com abstenção do Ministério Público, com inclusão do prazo de 30  
109 (trinta), contados a partir da data de sua publicação, para entrada em vigência da  
110 norma. A Presidência registrou ausência das seguintes entidades: Sedectes,  
111 Seda, Prefeitura de Viçosa, Apas e UFU. **Manifestações.** **Conselheiro Edson de**  
112 **Oliveira Vieira:** “Em boa hora que vem essa alteração porque já há algum tempo  
113 algumas entidades do Norte Minas, a Associação de Engenheiros Agrônomos, eu  
114 faço parte da Câmara Técnica do Verde Grande, e também houve algumas  
115 discussões lá, exatamente em cima desse valor, 3 mil, de onde havia tirado esse  
116 valor. Sendo que o Estado vizinho, colado na Bahia, já estava 200 mil e há muito  
117 tempo. Então a discrepância, que não se conseguia entender essa diferença. E  
118 só para acrescentar também o que o Thiago colocou, nos últimos sete anos, para  
119 termos uma ideia, eu vou falar por Montes Claros: a média histórica de  
120 precipitação é 1.100 mm. Nos últimos sete anos, em torno de 700 e 800. Caiu  
121 sensivelmente. E além disso não só essa média caiu como essa chuva está cada  
122 vez mais concentrada. Já ocorreu de em um dia chover 130 a 150 mm, valor  
123 extremamente alto, extremamente concentrado. Não há solo que consiga segurar

124 essa água, infiltrar. Isso vai escorrer pela calha do rio e vai embora. E esse  
125 aumento do volume a ser reservado vai contribuir, como foi colocado aqui, não só  
126 para disponibilizar mais água, mas também, de certa forma, dar uma sobriedade,  
127 na forma de regularização de vazões. Isso tem que ser salientado. Frisando uma  
128 informação que o Thiago colocou aqui, exatamente essa incoerência de no Norte  
129 de Minas não ter dado suficiente. Como professor de hidrologia, eu tenho uma  
130 dificuldade enorme quando vamos fazer pesquisa lá, porque as estações às  
131 vezes não têm dados consistentes, há muitas falhas. Diferentemente do Sul de  
132 Minas. Não que não deva ter também um monitoramento adequado, mas lá  
133 talvez até alguns criticam: ‘Vai ter monitoramento para monitorar seca, rio seco?’  
134 É exatamente o contrário, tem que se estudar o comportamento desses rios  
135 quando tem água, e infelizmente temos essa carência. É bom ouvir da Marília a  
136 questão desse recurso para novos projetos para pesquisa na parte de  
137 regionalização. Só lembrando que existem na calha do São Francisco algumas  
138 estações que são monitoradas pela ANA, e essa informação não tem esse delay  
139 de três meses, ela é instantânea. Não sei se vocês já conhecem, tem o Hidroweb,  
140 um aplicativo que se pode baixar no celular, e em tempo real você sabe qual o  
141 nível do rio, a vazão que está passando. É um sonho o Estado de Minas ter esse  
142 tipo de informação. Por isso até estamos no Grupo de Trabalho de  
143 Monitoramento para chegar a uma equação que possa trazer esse tipo de  
144 benefício também, o Estado disponibilizar, não só para técnicos, mas para o  
145 cidadão comum. Eu sempre venho falando que temos que trazer o cidadão para  
146 participar desse processo de gestão também. Eu sempre dou um exemplo e pego  
147 no pé do Nelson: ‘disponibilizar o nível da Barragem de Juramento’. Isso não vai  
148 garantir que todo cidadão terá acesso, mas a partir do momento em que essas  
149 informações são mais facilmente disponibilizadas ele tem a real sensação do que  
150 é e do que vai enfrentar daí a alguns meses, principalmente porque acabou de  
151 sair do período chuvoso. E poder, dessa forma, participar mais efetivamente do  
152 processo de gestão nessa parte de conscientização e, mais do que isso, na sua  
153 sensibilização. Quando disponibilizamos essas informações e deixamos isso mais  
154 prontamente usável, estamos beneficiando não só a questão da pesquisa, os  
155 técnicos, mas também trazendo essas informações para a população de uma  
156 forma mais.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Primeiro, Thiago, eu queria  
157 te parabenizar pelo estudo. Nós já conversamos sobre isso na CTIG, e realmente  
158 eram extremamente necessárias essa abordagem e essa DN. Mas eu queria  
159 considerar dois aspectos. Primeiro, o que foi falado pela diretora Marília sobre a  
160 questão do dado e da informação. Principalmente de dados pluviométricos. Existe  
161 uma abundância incrível de dados pluviométricos no Estado de Minas Gerais,  
162 principalmente nas áreas agrícolas e de irrigação. Todo irrigante que tem um pivô  
163 central tem um pluviômetro, no mínimo, ou na sede da fazenda, próximo do pivô,  
164 porque sabe que a chuva é um fenômeno altamente descontínuo no tempo e no  
165 espaço e precisa monitorar porque entra no balanço hídrico. Porque a irrigação é  
166 uma chuva artificial, suplementar à chuva natural. Então você precisa conhecer,

167 por razões, antes de mais nada, agronômicas, mas também econômicas. Como  
168 suplementar para também sair mais barato. E esses produtores estão associados  
169 em entidades e associações. Mesmo nas outorgas coletivas, nós temos os  
170 produtores que, por obrigação, fazem monitoramento hidrológico dos seus rios,  
171 nos pontos estratégicos definidos em projetos, juntamente com o projeto de  
172 outorga, aprovado pelo próprio IGAM. Então nós temos uma quantidade de dados  
173 muito grande, só que esses dados precisam virar informação. O que é virar  
174 informação? Tem um tratamento, uma crítica, ver o que é bom e o que não é bom  
175 e colocar à disposição da sociedade. Essa é uma missão bastante hercúlea, na  
176 verdade, porque é muita informação, é muito dado, mas existe. Nós precisamos  
177 partir para essa rede cooperativa. Muita gente lê chuva com pluviômetro em casa.  
178 Eu tenho pluviômetro em casa, faço leitura todo dia de manhã, às 7h. Por  
179 curiosidade minha, tenho há mais de 20 anos na minha casa. Eu tenho o dado,  
180 cooperativamente. E isso se pode fornecer para quem quiser, mas precisa ter um  
181 órgão aglutinador. Eu vejo o IGAM nesse papel, então seria altamente louvável  
182 um esforço nesse sentido. Voltando ao caso específico da DN, o trabalho está  
183 excelente, só que – não é crítica – eu queria gostaria que houvesse um esforço  
184 do IGAM para estender essa abordagem para a região do Cerrado. Porque, se  
185 você pegar o SF6 e o SF7, ali são condições de Cerrado, não de Semiárido.  
186 Basicamente, ali nós temos um clima de Cerrado. Qual vai ser a diferenciação  
187 climática? No Semiárido, eu tenho de 8 a 9 meses secos, e no Cerrado, 6 a 6.  
188 Então é uma questão de intensidade também. O Cerrado tem uma característica  
189 de que ele vai para áreas onde, geologicamente, são terrenos sedimentares,  
190 solos mais profundos, mais armazenamento de água no solo e no subsolo. E aí o  
191 coeficiente de restituição para drenagem natural é maior. Então os córregos não  
192 são, necessariamente, intermitentes, mas nós temos muitos produtores que se  
193 servem de pequenas barragens nas suas propriedades, barragens em torno de  
194 20 mil, 30 mil m<sup>3</sup>, o que acaba garantido, inclusive, a questão da dessedentação  
195 de animais e uma perenidade também para os seus córregos. E seria, no meu  
196 entendimento, muito interessante se o IGAM estendesse mais essa análise para  
197 o Oeste, porque entre o SF7 e o PN 1, por exemplo, não tem diferença climática  
198 nenhuma. A diferença é que o PN1 já é Paranaíba e está sobre as coberturas  
199 sedimentares. Tem solos mais profundos, inclusive. Então a análise apenas  
200 climatológica, a rigor, inclusive, excluiria principalmente o SF7 dessa abordagem.  
201 Porém, ele está aqui dentro, o que me permite até a solicitar que o IGAM estenda  
202 isso para o PN1, pelo menos.” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães: “Parabéns,  
203 Marília e Thiago, excelente trabalho. Já era hora para que tivéssemos no  
204 Semiárido uma condição que pudesse estar propiciando uma maior regularização  
205 de vazão nessas bacias em que temos tanto problema de intermitência. Eu acho  
206 que isso vem em uma hora boa. A Copasa está trabalhando em um projeto em  
207 todo o Norte de Minas – são 131 municípios –, pegando todos os municípios do  
208 Semiárido, todos os municípios em que temos problemas de escassez hídrica  
209 crônica para abastecimento humano. E já estamos com projetos contratados da

210 ordem de R\$ 30 milhões para buscar soluções, e a maioria delas são soluções  
211 integradas, ou seja, sistemas integrados de abastecimento para o conjunto de  
212 municípios, e também soluções individuais. Esse projeto está em andamento, e  
213 eu acho que é necessária uma atenção maior do Estado a essa região, uma  
214 região carente, já há muitos anos, de investimentos e sofrendo com essa questão  
215 da água. Mas eu tenho uma preocupação que acho que temos que deixar  
216 também, que é garantir uma fiscalização desse uso nessas regiões.  
217 Principalmente, eu estou puxando aqui a questão do abastecimento. Nós da  
218 Copasa convivemos com vários sistemas onde existem reservatórios a montante,  
219 mas ainda temos problemas de regularização. Então eu acho que é uma ação  
220 importante, mas deixo registrado a necessidade de se manter uma fiscalização  
221 dessa questão do uso da água para todos os usuários dessa Bacia justamente  
222 para poder garantir a disponibilidade para todos de uma forma racional e  
223 controlada.” Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: “Eu tenho só uma pequena  
224 preocupação. A minha fala é rápida e no sentido de alertar a respeito de  
225 desenvolvermos alguma ação não só em cima da água que nós temos, mas  
226 desenvolver ação também em cima da água que nós podemos ter. E a  
227 preocupação é que não vejo nenhuma ação na região em termos de recuperação  
228 hidroambiental. Eu conheço bastante o Norte Minas e o Noroeste e praticamente  
229 eu conheço três ações de recuperação hidroambiental na região, que estão  
230 sendo implementadas nos municípios de Paracatu e Vazante. Em Vazante, com  
231 a Nexa, e em Paracatu, com a Kinross e Nexa também. Então fica aqui essa fala  
232 no sentido de que temos que buscar a implementação de ações nesse sentido.  
233 Porque eu acho que a consequência do desmatamento é agora, e eu não  
234 conheço trabalho de conservação de solo, a não ser através dos grandes  
235 proprietários. Os pequenos proprietários, via prefeitura municipal, destroem o  
236 território todo da região. Então fica essa preocupação, e eu espero que  
237 consigamos contemplar algo nesse sentido.” Marília Carvalho de Melo, diretora-  
238 geral do IGAM: “O item 8 é o Programa Estratégico de Revitalização de Bacias de  
239 Minas Gerais – Somos Todos Água. Eu apresentei na semana passada, no  
240 COPAM, e o Thiago vai apresentar aqui em nome do IGAM. Esse programa é  
241 baseado em três pilares principais, e o primeiro pilar é conservação e restauração  
242 florestal, um trabalho em parceria com o IEF, que, com recurso do Banco Mundial  
243 e o KFW, contratou um estudo para todo o Estado Minas Gerais para definir quais  
244 são as áreas prioritárias de restauração florestal. Estamos trabalhando desde o  
245 início com eles nessa vertente, e vai gerar um mapa identificando quais são  
246 essas áreas, e nós vamos passar para políticas públicas que priorizem essas  
247 áreas, sejam em parceria com a Seapa, com os próprios Comitês, com recurso  
248 da cobrança pelo uso da água, com recurso do Fhidro. Esse é um dos nossos  
249 pilares. Os outros dois pilares o Thiago vai apresentar com um pouco mais de  
250 calma, mas eu queria te dizer que nós realmente estamos preocupados, sim, com  
251 essa política de restauração florestal. O Thiago vai falar sobre o uso do solo e de  
252 outras questões que o programa aborda, que vai exatamente nessa linha. Um

253 trabalho de relação estreita com os Comitês de Bacia Hidrográfica, o que não  
254 pode deixar de ser.” Conselheiro Guilherme da Silva Oliveira: “Eu queria  
255 parabenizar a equipe do IGAM pelo trabalho feito. Como foi dito aqui pela maioria  
256 dos conselheiros que se pronunciaram, é um trabalho interessante, que não fazia  
257 sentido no lugar que mais precisa de água se poder reservar menos água. Então  
258 eu acho que faz uma justiça para o Semiárido mineiro. E aproveitar o que o  
259 Giacomini falou aqui, se puder ampliar para o Paranaíba, é um ponto a mais de  
260 reservação, então isso causa uma segurança maior, principalmente, na área  
261 rural, para os produtores poderem fazer reservação e terem essa água disponível  
262 perto das suas casas no decorrer do ano. Então é muito importante. Parabéns,  
263 equipe do IGAM.” Marília Carvalho de Melo, diretora-geral do IGAM: “Eu quero  
264 propor encaminhamento a essas sugestões que foram colocadas. Nós vamos  
265 colocar em deliberação a DN como ela está, e o IGAM já se compromete a fazer  
266 um estudo para avaliar a possibilidade de ampliação para o Paranaíba e traz para  
267 a Câmara Técnica e os mesmos trâmites dentro do Conselho. Só lembrando que  
268 é minha obrigação, enquanto gestora, que aumento de oferta é uma das ações  
269 de segurança hídrica, nós temos que trabalhar também na eficiência de uso, na  
270 outorga sazonal. Então não é a única solução. Porque é o Paranaíba, depois tem  
271 o outro, então nós temos que tomar um pouco de cuidado porque não é só uma  
272 questão hidrológica o aumento dos critérios de uso insignificante, tem questões  
273 ambientais também, de barrar o rio, fauna e flora aquática, que devem ser  
274 levadas em consideração. O nosso entendimento é que no Norte de Minas não  
275 tem outra solução, nós temos que reservar mesmo. Mas aí nós vamos fazer esse  
276 estudo e trazer em uma próxima oportunidade. Antes de colocar em votação,  
277 secretário Anderson, eu queria só pedir que se incluía na deliberação normativa o  
278 prazo de 30 dias para entrar em vigência. Como todos vocês sabem, hoje o uso  
279 insignificante é feito por um sistema próprio, on-line, muito simplificado. Nós já  
280 trabalhamos com a equipe para mudar as regras operativas do sistema, mas  
281 após a aprovação deste Conselho nós precisamos de 30 dias para ajuste.”  
282 Conselheiro Rodrigo Carvalho Fernandes: “Só para não perder o mote, porque foi  
283 falado aqui de recuperação de Bacias Hidrográficas, um dos programas mais  
284 longevos e uma política pública de maior sucesso da Seapa é justamente a  
285 revitalização do Velho Chico. Infelizmente, ainda não é tão difundida, e não  
286 podemos perder a oportunidade de falar um pouquinho sobre ela. É até um ponto  
287 de pauta para trazermos. Está em plena execução, graças a Deus, são cinco  
288 grandes entregas. São as barraginhas das bacias de captação, terraço,  
289 adequação ambiental de estradas rurais, proteção de nascentes e proteção de  
290 matas ciliares. É um aporte de R\$ 50 milhões em 162 municípios, em 177 sub-  
291 bacias. Então pega quase toda a porção mineira do Velho Chico. E em um dia tão  
292 emblemático como hoje, que é o Dia Mundial de Combate à Seca e  
293 Desertificação, mais emblemático porque é no Conselho Estadual de Recursos  
294 Hídricos e mais ainda o mote da revitalização. Eu quero deixar de ponto de pauta  
295 uma oportunidade de apresentar as ações do Velho Chico aqui.” Presidente

296 Anderson Silva de Aguiar: “Eu queria pedir à equipe da Secretaria Executiva que  
297 registre para termos esse item como ponto de pauta para a próxima reunião.”  
298 Conselheira Bruna de Souza Otoni: “Só me preocupa a questão, por exemplo,  
299 vamos falar do JQ2, nós não temos muita acumulação subterrânea. Lá nós temos  
300 90 a 96% de captação superficial e hoje temos poucos rios perenes, como o  
301 Araçuaí mesmo, alguns intermitentes e alguns por conta de barramentos mesmo  
302 que foram feitos, como o Setúbal, o Calhauzinho e o Itamarandiba. Mas me  
303 preocupa porque quando vemos essa questão de outorga e uso insignificante lá é  
304 mais de empreendimentos, não é tanto aquele produtor rural ou agricultor.  
305 Geralmente, são as pessoas que já têm mais informação e conseguem enxergar.  
306 Eu até falei isso já com o Thiago sobre essa questão da política do IGAM. Nós  
307 cobramos tanto que as pessoas se regularizem, e às vezes não chega ao  
308 pequeno agricultor mesmo, de fato. Que possa vir a beneficiar, sim, aquele  
309 produtor maior, mas talvez na questão mesmo dos produtores menores eu não  
310 vejo, devido à escassez que sofremos lá, a melhor solução se não vier  
311 acompanhado das políticas mesmo de conscientização, regularização,  
312 acompanhadas junto com a questão de recuperação. Porque estamos todo dia  
313 lutando no Nordeste de Minas para ter água e talvez podemos vir a ter algum  
314 problema. Então isso tem que ser discutido, bem formulado, para que não  
315 tenhamos problemas.” Marília Carvalho de Melo, diretora-geral do IGAM: “Nós  
316 temos mais de 57 mil barragens de água cadastradas pelo IGAM no Estado de  
317 Minas Gerais. As que se enquadram nesse critério de até 40 mil m<sup>3</sup> no Norte de  
318 Minas, ou seja, naquela região toda que abrange, são 2.695. Aí nós fizemos uma  
319 avaliação sobre as finalidades de uso dessas barragens. Eu não vou saber falar  
320 do Jequitinhonha, porque não fiz esse levantamento, mas posso te passar essa  
321 informação. Das 2.695, são 978 para dessedentação animal, 576 para consumo  
322 humano, 293 para irrigação, 263 para paisagismo e 173 para aquicultura. O resto,  
323 que é muito mais baixo, é para outros usos, nesse critério que está em discussão  
324 aqui agora. Então o que me parece é que essa característica de até 40 mil m<sup>3</sup>  
325 não atende grandes, ela atende pequenos produtores rurais, em regime familiar.  
326 Esse é o perfil que nós estamos atendendo caso essa deliberação seja aprovada  
327 aqui por este Conselho.” Conselheiro Tales Heliodoro Viana: “Eu creio ser o único  
328 limnólogo da região, pelo menos aqui na reunião, e dizem entre os limnólogos  
329 que pesadelo de rio é virar represa, sonho de rio é vira mar. E de fato é. Mas no  
330 caso específico dessa região eu fico muito confortável em dizer que eu conheço  
331 profundamente e concordo com o professor: 120 mm de uma chuva de 24 horas  
332 é alguma coisa que arreventa muito naquela região. Na região de Pedra Azul,  
333 Medina, que eu conheço profundamente, funciona dessa forma. Então são  
334 chuvas muito grande, e nós perdemos todo esse caudal porque não temos nem  
335 essas pequenas estruturas. Então uma represa de 40 mil hectares não é uma  
336 coisa tão grande e tem um papel fundamental para a fauna local e na  
337 manutenção daquele pequeno córrego d’água. Isso é fundamental. Eu sei que  
338 barragem é horrível, eu trabalho a vida inteira com barragem, mas nessa região



339 não temos outra forma de guardar água. Quando eu li esse documento, hoje pela  
340 manhã, fiquei imaginando como nós dificultamos algumas coisas para as pessoas  
341 daquela região. Não dá para usar a mesma régua aqui e lá, no Sul e no Norte. No  
342 Sul não falta água. Quer dizer, não faltava. E lá nós teremos eternamente essas  
343 dificuldades. Então ao ver essa portaria hoje eu fiquei muito tranquilo. Isso não  
344 dificulta em nada o trabalho do IGAM e facilita em muito o trabalho de quem quer  
345 ter alguma coisa nessa região do Semiárido.” **7) MINUTA DE DELIBERAÇÃO**  
346 **SOBRE A ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CERH Nº 422 DE 13 DE**  
347 **DEZEMBRO 2018 QUE DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DAS CÂMARAS**  
348 **TÉCNICAS DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS -**  
349 **CERH/MG PARA O MANDATO 2018-2021. PROCESSO SEI Nº**  
350 **2240.01.0000612/2019-86. Apresentação: Gabinete IGAM.** Minuta de  
351 deliberação normativa aprovada por unanimidade. A Presidência registrou  
352 ausência das seguintes entidades: Sedectes, Seda, Prefeitura de Viçosa e UFU.  
353 **APRESENTAÇÕES. 8) PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REVITALIZAÇÃO DE**  
354 **BACIAS HIDROGRÁFICAS DE MINAS GERAIS - SOMOS TODOS ÁGUA.**  
355 **Apresentação: Assessoria de Programas, Projetos e Pesquisas em**  
356 **Recursos Hídricos-ASPRH/IGAM.** Thiago Figueiredo Santana/IGAM fez  
357 apresentação ao Plenário do CERH sobre o Programa Estratégico de  
358 Revitalização de Bacias Hidrográficas de Minas Gerais - Somos Todos Água.  
359 **Manifestações.** Presidente Anderson Silva de Aguiar: “É interessante que  
360 conseguimos pegar as bases do IEF naquilo que é necessário à conservação e  
361 as bases do IGAM e temos uma estrutura dentro de um programa que é uma  
362 política que agrega às duas pastas.” Conselheiro Luiz Humberto de Freitas  
363 Souza: “Thiago, você citou alguns programas que vão ser considerados dentro do  
364 ‘Somos Todos Água’ na medida em que evoluir o programa estratégico. No  
365 DMAE Uberlândia, por exemplo, nós temos um programa de conservação de  
366 manancial, que é desenvolvido no rio Uberabinha, há um bom tempo, que é o  
367 Programa Buriti. A única diferença dele para o Programa Produtor de Água, da  
368 ANA, é que nós não fazemos o pagamento por serviço ambiental. Mas nós  
369 damos todo apoio aos produtores, principalmente nas questões ligadas a  
370 cercamento de nascentes, barraginhas. Enfim, todo esse apoio técnico é dado, e  
371 o município arca com aquisição de material para o cercamento. Ou seja, ao  
372 produtor cabe apenas aderir ao programa e manter as práticas conservacionistas.  
373 A respeito do programa estratégico que você apresentou, eu tenho apenas uma  
374 dúvida: de que forma os Comitês de Bacia serão inseridos nesse programa.  
375 Porque, na apresentação, em momento algum foi citada a participação. Apesar  
376 de a questão envolver a participação social – e quando falamos em participação  
377 social nós falamos em Comitê –, eu acho que era importante pelo menos já ter  
378 uma noção do desenho da participação. O programa é novo, está sendo  
379 apresentado agora, vai ser desenvolvido, mas enquanto membro de Comitê de  
380 Bacia eu me preocupo muito com a questão do desenho da participação do  
381 Comitê.” Thiago Figueiredo Santana/IGAM: “Primeiramente, o Comitê define as

382 áreas, por meio de critérios técnicos, por meio do Plano de Bacia. Isso não é algo  
383 que sai de qualquer reunião ordinária do Comitê de Bacia, é um instrumento de  
384 planejamento. E é observado dentro do projeto quando da definição de áreas  
385 prioritárias, quando indicadas dentro dos Planos, e as ações do Plano de Ação  
386 dos Comitês serão unificadas para as áreas definidas como prioritárias naquela  
387 Bacia. Ou seja, quando há aquela ação genérica que ocorre em n Planos de  
388 Bacia, como cercamento de nascentes, revitalização de áreas de APP, essas  
389 áreas nós indicaremos dentro do Plano de Bacia para que sejam focadas para as  
390 áreas prioritárias, que tiveram um critério técnico de definição. Ainda quanto à  
391 participação do Comitê de Bacia, a consulta pública foi encaminhada aos  
392 membros de Comitês de Bacia para participação, então não deixa de ser um  
393 processo de que o Comitê participou. Isso foi colocado dentro do portal dos  
394 Comitês e encaminhado aos membros de Comitês. É difícil colocar em 36  
395 reuniões de Comitê uma deliberação específica do Comitê para definir essas  
396 áreas sem o embasamento técnico. O embasamento técnico que nós estamos  
397 pegando do Comitê de Bacia é o que está dentro do Plano, além dessas  
398 proposições que poderiam ter sido colocadas na consulta.” Conselheiro Luiz  
399 Humberto de Freitas Souza: “Eu tenho conhecimento da consulta pública, de fato,  
400 ela ocorreu. A minha preocupação em relação aos Planos de Bacia é porque  
401 fatalmente nós vamos tratar desse assunto de novo como a crítica aos Planos de  
402 Bacia. Os Planos de Bacia – não é novidade para nós – são promovidos com  
403 base em dados secundários. Então nós vamos ter essa dificuldade. São toda a  
404 água e seus critérios, com definição das estratégias, com certeza, o que vai  
405 barrar, com certeza, essas falhas dos Planos de Bacia. Eu acredito que já tenham  
406 um preparo para isso.” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães: “Parabéns, de  
407 novo, ao IGAM por essa iniciativa. Uma pergunta, Thiago. A Copasa já participou,  
408 em alguns momentos, até da preparação, de algumas oficinas que foram feitas,  
409 para definição de critérios, junto com o IEF, para definição de áreas prioritárias.  
410 Mas eu queria saber, dentro do planejamento, em que momento vai ter o  
411 detalhamento dessas ações. E a Copasa está se colocando, inclusive, à  
412 disposição para estar como parceira nesse projeto. Mas eu acho que é o  
413 momento, realmente, em que tanto a Copasa quanto a Arsae precisamos estar  
414 mais envolvidos nesse projeto, principalmente no que tange à questão tanto de  
415 infraestrutura, quando se coloca a questão de busca de melhoria de qualidade  
416 desses mananciais, quanto também à questão de conciliar os projetos que já  
417 estão sendo desenvolvidos com as metas do programa. Já que hoje foram  
418 citados mananciais, a própria definição dessas áreas não é feita de cima para  
419 baixo, é construída junto com os Comitês locais, e também as áreas são  
420 definidas a partir de critérios que já são aprovados através de resolução da  
421 Agência reguladora. Ou seja, hoje, a Copasa, para entrar naquele município, tem  
422 que estar dentro de critérios. São cinco critérios, muitos coincidentes, por  
423 exemplo, a população atendida, a questão da escassez hídrica, a questão da  
424 situação de degradação da bacia, a questão de experiências já desenvolvidas

425 nos municípios de participação social em relação à questão ambiental, qualidade  
426 de água. Então essa pergunta mesmo. Eu estou vendo aqui um planejamento,  
427 com prazo, e você até comentou que até o final do ano algumas questões já  
428 devem estar concluídas. Mas em que momento então – nós queremos participar,  
429 e o próprio IGAM, que é o coordenador – já teria um detalhamento dessas  
430 ações?” Thiago Figueiredo Santana/IGAM: “É indubitável que a Copasa fará parte  
431 de todo o processo de discussão, até pela sua magnitude de atuação no Estado  
432 como concessionária de abastecimento. Mas no momento oportuno serão  
433 realizadas oficinas em todas as definições de produtos a serem elaborados. Após  
434 análise para o mapeamento, haverá uma oficina para apresentação desses  
435 resultados. Eu não saberia de momento aqui colocar se a Copasa fará parte do  
436 comitê gestor. Eu creio que, como ente do Estado, ela deverá compor esse  
437 processo. E até mesmo a Arsa, por ser ela quem dá autorização para a Copasa  
438 efetuar os investimentos da Lei Piau, salvo engano, de 0,5% da receita bruta.”  
439 Conselheiro Nelson Cunha Guimarães: “Na realidade, o Programa Pró-  
440 Mananciais não está vinculado à questão da Lei Piau, é uma coisa diferente.”  
441 Thiago Figueiredo Santana/IGAM: “Mas de toda forma, dentro da estrutura  
442 pública de Estado, Copasa, Seapa e outras instituições com certeza farão parte  
443 desse comitê pela atuação e experiência no processo de revitalização.”  
444 Conselheiro Rodrigo Carvalho Fernandes: “Pegando o gancho do colega da  
445 Copasa, a Seapa está totalmente à disposição, com os 11 anos que temos de  
446 experiência do projeto de revitalização do Velho Chico. Mas duas contribuições  
447 já, principalmente nessa parte de diagnóstico e planejamento. Nós trabalhamos  
448 com recursos do convênio federal, que é o que nos salva, principalmente no  
449 cenário de contingenciamento, mas tem algumas mazelas. Por exemplo, nós  
450 ficamos muito amarrados a um plano de trabalho. Em 11 anos em que tivemos  
451 essa melhoria contínua, na última etapa do Velho Chico – nós vamos ter quase  
452 R\$ 10 milhões – nós queremos investir com toda a expertise em massa crítica  
453 que adquirimos até hoje. E sem sombra de dúvida a maior delas – eu quero ver  
454 se já está no seu planejamento – foi uma ferramenta construída Seapa/SEMAD,  
455 que é o Zoneamento Ambiental e Produtivo. O ZAP já nos dá quais estradas  
456 estão mais suscetíveis a erosão, todo esse cruzamento de dados. O professor  
457 Giacomini conhece o ZAP melhor do que eu. Então é uma ferramenta para  
458 subsidiar a tomada de decisão. Se ele já está previsto. A própria Seapa acabou  
459 de fazer um curso para mais de 60 formandos, nós temos um núcleo só  
460 trabalhando com o ZAP na própria Emater. Estamos nos colocando à disposição.  
461 E que bom que nos critérios que vocês elencaram estão lá passagens  
462 degradadas. Nós temos um estado da arte que foi feito pela Seapa e a Faemg, e  
463 quase 70% das nossas pastagens estão com alguma degradação. Então que  
464 bom que as pessoas já enxergam que recuperar uma pastagem degradada é tão  
465 ambientalmente efetivo quanto proteger uma nascente. Então Seapa e SEMAD  
466 andarem juntas para quebrar essa dicotomia de agricultura ser contrastante com  
467 o meio ambiente. Muito pelo contrário. Estamos à disposição, e a sugestão do

468 ZAP, que está como um dos grandes balizadores para tomada de decisão.”  
469 Presidente Anderson Silva de Aguiar: “Obrigado, conselheiro. O Thiago já tomou  
470 nota aqui do ZAP, nós reconhecemos a importância, principalmente na IDE, que  
471 tem algumas camadas já colocados em virtude de ZAPs já executados, que estão  
472 prontos. E traz um refinamento muito grande da informação. Então fica aqui o  
473 registo da sua contribuição.” Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: “Eu acho que  
474 nós precisamos realmente implementar ações nesse sentido. Só que também eu  
475 acho que nós precisamos debater mais esse programa junto ao Conselho e  
476 outros entes ligados à gestão hidroambiental pelo Estado afora. E não podemos  
477 perder de vista que é de fundamental importância que a gente tente criar um  
478 pacto no Estado de Minas Gerais para resolver essa questão de recuperação  
479 hidroambiental. Todos aqui devem ter consciência de que o principal responsável  
480 pelos territórios são as prefeituras, e não podemos perder de vista que as  
481 prefeituras têm arrebatado o Estado. Sabemos que perdemos 75% da cobertura  
482 vegetal. Imagine um Estado desse tamanho, que desastre é esse. Sendo que  
483 agora que as consequências do desmatamento estão chegando, de dois anos  
484 para cá. E nos moldes em que temos desenvolvido algumas ações, nós não  
485 vamos resolver a questão de produção de água no Estado. Eu estou  
486 acompanhando isso no maior afluente do São Francisco, ano a ano. Neste ano  
487 vocês não viram a apresentação que eu ia fazer. Neste ano choveu mais de 50%  
488 a mais do que nos dois últimos anos, e nós estamos com a bacia seca. Isso é  
489 fruto do desmatamento, principalmente quando avaliamos que a chuva na floresta  
490 infiltra até 30% e sem a floresta não chega a 10%. Então é o caos o que estamos  
491 vivendo. E me preocupa um pouco ainda que em todo início de governo vem um  
492 programa, muitas vezes sem fundamentação. Eu não estou falando que esse  
493 está sem fundamentação. No governo passado, nós tivemos ‘Plantando Água  
494 Boa’, um negócio, e eu estava até comentando com alguns amigos ali atrás:  
495 ‘Vocês vão ver agora no final deste governo e no início do outro vai ter outro  
496 projeto desse aqui. E vocês vão falar que tinha um maluco que já falava disso  
497 agora’. Então eu acho que essa questão das prefeituras, nós temos informações  
498 de que 72% das mortes de corpos d’água são causados pelas estradas rurais.  
499 Então como não envolver as prefeituras em um grande pacto para resolver isso?  
500 Estamos lascados. Se as prefeituras deixassem as estradas rurais quietas – não  
501 mexe, deixa esburacadas do jeito que estão –, nós vamos ter menos prejuízo.  
502 Porque eles vão a área de recarga e tiram o cascalho, jogam na estrada, choveu,  
503 desce para dentro do rio, aquela confusão. E está lá a situação que sabemos em  
504 todos os municípios de Minas Gerais. Nós temos o Estado com inúmeros agentes  
505 públicos comprometidíssimos, como na SEMAD, na Secretaria de Saúde – eu  
506 estava conversando com a companheira aqui sobre a questão de dengue. Nós  
507 sabemos que tem gente comprometida, mas também sabemos que são poucas  
508 prefeituras que têm gente comprometida. Eles não têm comprometimento, não  
509 adianta falar que têm – aqui tem representante de prefeitura –, pois não têm. O  
510 negócio deles é poder, voto e grana. Eu estou falando isso porque fui secretário

511 de governo municipal em três gestões, conheço essa galera toda como é que  
512 funciona. Então eu acho que nós tínhamos que criar um 'Pró-Mananciais', um  
513 sistema desse, igual a ANA criou o Pró-Mananciais que atrelou o Estado com a  
514 política da ANA. Então o Estado fazer isso com os municípios, tipo usando o  
515 recurso de ICMS Ecológico. 'Se vai entrar na questão do ICMS Ecológico, beleza,  
516 nós vamos te dar tanto por cento a mais de ICMS, mas você vai ter que  
517 desenvolver essa política no seu município'. Pelo menos ter um responsável por  
518 estrada rural, pelo menos um responsável técnico para gradagem. Eu não tenho  
519 a mínima preocupação com o grande produtor, pelo menos os que eu conheço  
520 sabem quanto custa hectare de solo. Agora, o pequeno é vítima. De quem? Dos  
521 prefeitos, que dão 10 horas de aração, de gradagem, para o cidadão pequeno.  
522 Coitadinho, ele acha que está sendo beneficiado e todo ano perde seu solo todo.  
523 Então esse pacto eu acho que é a primeira preocupação que temos que ter, é o  
524 que nós estamos tentando na Bacia do Paracatu. Se não tiver envolvimento dos  
525 prefeitos, pode largar, não adianta. Uma bacia de 42 mil km<sup>2</sup>, 4.200.000 hectares,  
526 você não dá conta. Então vamos tentar fazer esse pacto. Fica essa proposta de  
527 se criar uma política nos mesmos moldes do Pró-Mananciais, atrelando alguma  
528 coisa para os municípios, para que consigamos construir esse pacto. Eu não sei  
529 se deu para contribuir, mas eu fico ainda segurando essa do pacto." Conselheiro  
530 Antônio Giacomini Ribeiro: "O Tonhão falou parte do que eu ia falar. Eu estou  
531 neste Conselho há 6 ou 7 anos, e deve ser a quarta ou quinta proposta dessa  
532 natureza que foi apresentada aqui. Tem o 'Cultivando Água Boa', que foi feito um  
533 auê, com reuniões e reuniões, e não sei no que deu. Tem um outro, um fulano do  
534 Estado veio, fez palestra, foi aos Comitês, fez e aconteceu, e não vi resultado  
535 nenhum. E têm vários programas dessa natureza. Eu perguntaria para o Thiago,  
536 para o IGAM, que está patrocinando. Agora é a primeira vez que o IGAM  
537 realmente patrocina um programa dessa natureza. Eu perguntaria o seguinte: o  
538 que esse programa tem diferente, que possa garantir o seu sucesso, em relação  
539 àqueles que não foram bem-sucedidos? Simples." Presidente Anderson Silva de  
540 Aguilar: "Eu queria só colaborar com a resposta. Esse programa, o que trazemos  
541 de grande diferença em relação aos outros, é porque é um programa,  
542 primeiramente, agregador, um programa único. É um programa guarda-chuva do  
543 Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e dentro dele existem  
544 vários outros programas e projetos que comungam com o mesmo objetivo. Tanto  
545 que todos os órgãos hoje do Sisema, sendo a SEMAD, as vinculadas que  
546 existem hoje, e também com a reforma administrativa, vão fazer parte desse  
547 programa, para que todos tenham um único objetivo e não tenhamos ações que  
548 fiquem pulverizadas em direções diferentes. As ações existem, elas são  
549 pulverizadas mesmo porque não pode ser uma agenda única, são agendas  
550 distintas dentro da pasta, mas que a direção de todas elas seja a mesma." Thiago  
551 Figueiredo Santana/IGAM: "O secretário já comentou do arranjo institucional do  
552 programa, que fortalece como um todo, mas têm algumas premissas que são um  
553 pouco diferenciais. Primeiramente, a matriz de critérios. Aquela matriz de critérios

554 faz um direcionamento com a priorização de áreas que eu desconheço em  
555 qualquer outro programa desse nível de atuação. Ou seja, você ter 19 critérios  
556 para direcionar a prioridade dá uma qualidade de resposta, de resultado  
557 finalístico, muito boa. Já começamos pela questão de população atendida,  
558 demanda de usos outorgados, sejam superficiais ou subterrâneos; a questão do  
559 Índice de Desenvolvimento Humano, ou seja, a água é um bem social também.  
560 Então é uma diferenciação dentre todos os outros projetos que vimos. Outra  
561 situação é a participação social. Eu desconheço, dentre esses programas,  
562 qualquer outro que teve qualquer tipo de consulta pública, que nesse até o  
563 momento já tiveram duas. É uma palavra bonita, que está na moda, mas o  
564 pertencimento é essencial nesse tipo de projeto, é o local absorver essa  
565 discussão. Outro fator de que o Tonhão falou – e o nosso companheiro do DMAE  
566 – é a questão de município. A partir do momento em que você vai traçar todo o  
567 plano de ação, vinculado às ações que estão estabelecidas no Plano de Bacia, o  
568 Comitê tem papel fundamental de trazer o município para a discussão. O Comitê  
569 é o nosso órgão que está lá na ponta, onde deveria se bater na porta sobre a  
570 discussão da política pública, porque ele é o ente responsável pelo planejamento.  
571 Tem um Grupo de Trabalho de restrição de áreas para uso. Como a gente  
572 discute isso em município? Isso é constitucional, quem é responsável pelo uso e  
573 ocupação do solo é o município, não é o Comitê. Então qualquer deliberação  
574 nesse aspecto sem interlocução com o município é inócua, é um processo  
575 totalmente inócuo. Então esse tipo de processo, quando você leva para o Comitê,  
576 é um papel fundamental trazê-lo para a discussão, porque quem ganha não é só  
577 o IGAM, não é só a SEMAD, não é só o governo. É principalmente o município  
578 que está na ponta. O responsável pelo saneamento, que tem a diminuição do  
579 risco em segurança hídrica, é o município. Quando bate na porta da  
580 concessionária ou ele bate lá ou bate na prefeitura. Ou seja, é o momento de  
581 trazê-lo nessas discussões de base. Essa discussão, quando definidas as áreas  
582 e quando priorizadas, será apresentada no Comitê de Bacia, e obrigatoriamente  
583 deverá ser solicitada a presença do município na discussão. Então é um  
584 processo muito mais amplo, que eu vejo como um processo muito mais forte de  
585 discussão, muito mais embasado, não é só empírico.” Presidente Anderson Silva  
586 de Aquilar: “Lembrando que, com a reforma administrativa, que já foi aprovada e  
587 entra em vigor a partir do dia 2/7, a pasta de Saneamento no Estado de Minas  
588 Gerais está incorporada nas competências da SEMAD. Então nós trazemos essa  
589 nova competência, a Arsae passa a ser uma vinculada da SEMAD, e isso faz  
590 com que esse programa – que é um programa maior, um programa guarda-chuva  
591 – encontre uma missão ainda mais apropriado para o desenvolvimento das suas  
592 atribuições. Eu não sei se ficou satisfeito com as respostas, Giacomini.”  
593 Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “São justificativas. Eu acho que no papel  
594 vocês estão tirando 10. Eu quero ver na realidade.” Presidente Anderson Silva de  
595 Aquilar: “Cabe ao Conselho também fazer a fiscalização do órgão. Assim como  
596 os outros órgãos de controle, aqui também está colocado o controle social.”

597 Conselheiro Hélcio de Miranda Baptista: “Eu quero parabenizar pela confecção  
598 desse plano de ação, que é muito interessante, mas eu acho que o que o Thiago  
599 falou do empoderamento pelas prefeituras poderia ser mais atraente ainda, em  
600 termos do que o conselheiro falou a respeito de se criar um prêmio, tipo, uma  
601 meta cumprida, a prefeitura ganharia alguma coisa em contrapartida, algum  
602 benefício. Por exemplo, na parte de saneamento básico, determinado município  
603 cria aquele impacto na água, que vai causar algum impacto a jusante, e por isso  
604 mesmo não é interessante para esse município gastar em saneamento, já que vai  
605 impactar não o município. Por exemplo, em São Paulo deságua o esgoto no  
606 Tietê. No que é impactado, São Paulo não sofre as consequências, quem sofre  
607 são os municípios a jusante. Então qual seria o interesse de São Paulo de  
608 resolver o problema, já que ele não vai sofrer essas consequências? Então eu  
609 acho que um prêmio. Por exemplo, um município não tem uma estação de  
610 tratamento de esgoto. Se tivesse, o problema seria solucionado, aquele impacto.  
611 Então qual seria o retorno desse município de ter essa estação de tratamento de  
612 esgoto? Nós poderíamos discutir uma forma de beneficiar esse município.”

613 Presidente Anderson Silva de Aguiar: “Obrigado, conselheiro, nós entendemos  
614 extremamente válida a sua proposta. Salvo engano, isso não apareceu no  
615 momento de consulta pública do Plano. Mas de qualquer forma já tem uma  
616 premiação no âmbito do COPAM, e nós vamos levar para o André Ruas,  
617 juntamente com a Marília, diretora-geral, e o Dr. Germano, secretário de Estado,  
618 a possibilidade na próxima edição do prêmio. Porque a deliberação tem datas,  
619 então neste ano já está rodando essa premiação. Mas em uma próxima edição,  
620 possivelmente, inserir a sua fala como uma forma de também levar uma  
621 premiação para o município. Eu queria só fazer o destaque que, de forma  
622 nenhuma, esse programa ou qualquer outra ação que o Estado tem feito em  
623 relação ao Sisema deixa o município fora das discussões. Nós vimos trabalhando  
624 incansavelmente para fazer o fortalecimento institucional dos municípios de  
625 diversas maneiras, tanto com a edição da Deliberação Normativa do COPAM nº  
626 213, que atribui a competência originária para o município para as atividades de  
627 licenciamento, fiscalização e gestão ambiental, como temos nos preocupado  
628 muito nos fóruns regionais e em toda a participação que temos, para que o  
629 município tenha cada vez mais poderes e atribuições e se torne um ente  
630 autônomo, mas também participativo dentro do Sistema Estadual de Meio  
631 Ambiente e Recursos Hídricos. Entendemos que a gestão pública municipal tem  
632 avançado muito, entendemos esse fortalecimento extremamente positivo, e tem o  
633 nosso fortalecimento. As instituições públicas municipais têm colecionado um  
634 arcabouço tanto técnico e metodológico significativo, e conseguimos ver isso no  
635 processo de municipalização, que é referente à Norma 213. A cada dia temos  
636 percebido prefeituras que se mostram mais adequadas em relação a equipe  
637 técnica, arranjo institucional, arranjo legal, arranjo metodológico das suas  
638 atividades e nos procuram para fazer capacitações, e algumas vezes somos nós  
639 que estamos aprendendo com os municípios. Então estamos colecionando essas

640 boas experiências.” Conselheira Bruna de Souza Otoni: “É válido o programa, eu  
641 acho que tudo que vem para somar nós temos que abraçar mesmo. Têm alguns  
642 programas que o IEF trabalhou – e eu vou falar especificamente da minha região  
643 – que não deram certo, e aí vem aquela questão que se fala, ‘de cima para  
644 baixo’, quando às vezes não consultam e não conversam com as prefeituras. Eu  
645 gostei muito do modelo do Pró-Mananciais, da Copasa, que começou com o  
646 Colmeia, porque conseguimos ter essa conversa dentro do Colmeia e definir as  
647 áreas prioritárias. E é válido também porque vocês vão ter esse olhar para  
648 podermos programar, ali dentro da Bacia, áreas prioritárias. Só que eu queria  
649 fazer uma observação. Mesmo que estejamos implantando o programa, como  
650 fica a fiscalização do IEF, do IGAM, das questões mesmo de regularização?  
651 Porque às vezes estamos implantando o programa, trabalhando o programa ali,  
652 mas sabemos que trabalhar educação ambiental é difícil. Às vezes, você cercou  
653 uma nascerça e volta a três meses, e alguém já colocou o gado lá. Então mesmo  
654 que venha o programa essa questão do monitoramento e a fiscalização do  
655 programa, mas também estou falando do fortalecimento do órgão na região, do  
656 IEF, do IGAM. Hoje nós temos a Supram em Diamantina, que atende de  
657 Diamantina a Jacinto, e há poucas pessoas ali para trabalhar. Então mesmo que  
658 venhamos com programas que o Estado também pense no fortalecimento do  
659 órgão. Nós precisamos dessas pessoas para conseguir ser efetivos mesmo.  
660 Outra questão é sobre os municípios. Eu acho que os municípios têm mudado  
661 muito essa concepção, estão começando a acordar e ver que o meio ambiente  
662 não é essa tratativa tão difícil que eles falam. E questão também de voto, que  
663 sabemos que trabalhar com interesse, meio ambiente não é interesse de todos.  
664 Mas eu vejo que estamos tendo uma grande evolução, inclusive no JQ2 estamos  
665 tendo grande evolução, e os municípios estão participando bastante. Inclusive,  
666 estamos na presidência exatamente com esse olhar de agrupar, convidar,  
667 mobilizar, e mobilizando as associações e os consórcios. Então eu estou me  
668 colocando aqui à disposição para conversar sobre o programa, porque já tem um  
669 levantamento, um diagnóstico dos principais pontos a serem tratados.” Presidente  
670 Anderson Silva de Aguiar: “Conselheira Bruna, obrigado pela sua manifestação.  
671 Na fala inicial, nós falamos justamente desse fortalecimento institucional dos  
672 municípios. E no que se refere a fiscalização propriamente dita é bom destacar  
673 algumas coisas. Primeiro, o Sisema tem um Plano Anual de Fiscalização, que é  
674 aprovado pelo COPAM. É competência do COPAM fazer aprovação das ações  
675 inerentes a esse plano de fiscalização. O Estado é dividido, no âmbito da  
676 regularização, em nove regionais, e a partir de 2016 cada regional passou a ter  
677 uma Diretoria de Fiscalização apropriada, e o Estado conta ainda com dois  
678 núcleos de fiscalização. Isso é uma estrutura além da Subsecretaria de  
679 Regularização, que tem diretorias específicas para temas de fiscalização  
680 específicos também previsto no Plano Anual de Fiscalização. Além disso, o  
681 Sisema conta com a estrutura da Polícia Militar, através de um convênio, que tem  
682 um efetivo de aproximadamente 600 a 800 policiais envolvidos na questão da



683 fiscalização ambiental. É a chamada de Polícia Militar do Meio Ambiente, antiga  
684 Polícia Florestal. E no processo de municipalização todo dia entra um município  
685 aderindo à competência, mas até outro dia estávamos contando os municípios  
686 que têm delegação de competência mais aqueles que têm a competência  
687 originária, 79 municípios. Pode ser que hoje sejam 80 ou 81. Tínhamos 79  
688 municípios que ajudam na regularização, na gestão ambiental, mas também na  
689 fiscalização. Além disso, o IEF conta com 14 regionais e mais 54 agências  
690 avançadas. Esse número deve ter alguma alteração, mas, enfim, hoje nós temos  
691 uma malha até grande. Então não é só a Superintendência do Jequitinhonha que  
692 trata da fiscalização no âmbito do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, existem outras  
693 estruturas ali presentes também para além dos municípios. E ainda no programa  
694 de municipalização, um programa que tem capacitação, tem uma diretoria  
695 específica, que era núcleo e foi elevada ao status de diretoria. E nós estamos  
696 fazendo também convênio com consórcios. Então temos consórcios de  
697 municípios que já estão exercendo essa atribuição. Esses municípios estão  
698 nesse bojo de 79, um número até da semana passada. Estava previsto para  
699 entrar hoje mais um município, e pode ser que nós já estejamos hoje com o  
700 número de 80 municípios, que também participam dessa gestão de fiscalização.  
701 O que a gente precisa é se articular melhor e conhecer os entes que fazem parte  
702 dessa malha de fiscalização. Como eu disse, a competência de aprovação do  
703 Plano de Fiscalização é do COPAM, mas nada impede que haja uma  
704 apresentação aqui para conhecimento geral, se for deliberado hoje ou  
705 futuramente. Nós ficamos à disposição. Em relação ao monitoramento do  
706 programa, eu vou passar ao Thiago para dar mais detalhes.” Thiago Figueiredo  
707 Santana/IGAM: “Os indicadores de acompanhamento de metas ainda serão  
708 desenvolvidos e estudados, mas com certeza haverá algum tipo de articulação  
709 para avaliar como se deu isso ao longo do tempo e além da educação de ensino  
710 fundamental. Além de tudo, temos que fortalecer essas discussões dentro do  
711 próprio Comitê de Bacia, pela proximidade não só com a sociedade, mas também  
712 com o município que vai ser beneficiado também na discussão. Hélcio, só me  
713 permita fazer uma complementação do que o Anderson falou. O ICMS Ecológico,  
714 dentro dessas situações de melhoria do saneamento, tem suas bonificações  
715 também. O município não ganha simplesmente por não lançar, ele ganha a partir  
716 do momento em trata e tem um benefício fiscal. E outra situação é que o Crea  
717 Goiás está com o prêmio “Cidades: dos desafios às soluções”. Eu estou com  
718 alguns boletos aqui. É simplesmente para essa discussão de cidades  
719 participarem de melhorias, com apoio do Crea Minas. O Crea Minas vai  
720 encaminhar os dois melhores indicados do Estado para participar da premiação  
721 em Goiás. Se alguém se interessar, eu estou com alguns folhetos aqui  
722 disponíveis.” Conselheiro Rodrigo Bicalho Polizzi: “Primeiramente, parabenizar  
723 toda a equipe do IGAM pelo programa, um programa muito importante. Quando  
724 estamos falando dessa questão de segurança hídrica, eu acho que temos que  
725 estar debatendo cada vez mais e incentivando esse tipo de programa. É

726 interessante também ver na apresentação a interface entre as entidades  
727 envolvidas dentro da SEMAD. A própria Arsae agora fazendo parte também da  
728 SEMAD. E nós estamos nos colocando à disposição. E quanto ao Pró-  
729 Mananciais, até complementando a fala do Nelson, da Copasa, é um programa  
730 da Copasa, mas instituído para fiscalizar por meio de Resolução da Arsae, da  
731 agência reguladora, que define a aplicação de 0,5% da receita operacional  
732 naquele município, com alguns critérios também similares. E é importante  
733 também frisar que já têm vários municípios participando. A Arsae não fiscaliza a  
734 ação em si, mas fiscaliza a aplicação de investimento, dá transparência por meio  
735 de relatórios. Então só reforçando, quando das discussões, a participação da  
736 Arsae e se colocando à disposição para ajudar no que for preciso.” Presidente  
737 Anderson Silva de Aguiar: “Eu acho que é bom falar, especialmente pela fala do  
738 conselheiro Hércio, que no ano passado o município que ganhou o prêmio foi  
739 Extrema. Se minha memória não está me traindo agora, o nome do projeto foi  
740 ‘Produtores de Água’. Só para constar.” Conselheiro Guilherme da Silva Oliveira:  
741 “Parabéns pelo programa. E eu gostaria de colocar o Sistema Faemg à  
742 disposição, porque nós temos muitas ações que convergem para essas ações,  
743 principalmente na área rural. O Senar vem trabalhando, principalmente nos  
744 últimos dois anos, muito forte na área de assistência técnica e gerencial. Nós  
745 temos cursos voltados para recuperação de pastagens degradadas, recuperação  
746 de áreas degradadas, treinamento de tratorista para construção de terraços,  
747 contornos, barraginhas, fossa séptica rural. Então são várias ações que  
748 convergem para esse programa. E temos também programas como o ‘ABC  
749 Cerrado’, junto com o Ministério da Agricultura. Estamos começando agora o ‘FIP  
750 Paisagens’, de adequação da propriedade rural. E vamos começar o ATeG de  
751 recuperação de áreas degradadas, para entrar nessa questão de recuperação  
752 das áreas do PRA que foram identificadas no CAR. Então eu acho que nós temos  
753 muito que conversar e podemos ajudar muito nesse programa. Podemos até  
754 agendar uma reunião para conhecer as nossas ações dentro do sistema e a  
755 melhor forma para atuarmos juntos nisso.” Conselheiro Antônio Geraldo de  
756 Oliveira: “Eu quero parabenizar o Thiago e vocês por terem feito esse projeto,  
757 que eu acho de suma importância para o nosso Estado. O Tonhão falou da  
758 questão dos municípios, e nós sabemos que é problemática mesmo a questão  
759 dos municípios, porque têm prefeitos a favor e outros que levam de qualquer  
760 jeito. O município de Patrocínio foi o primeiro que assumiu a competência  
761 originária, em maio de 2017. O prefeito resolveu assumir isso para realmente isso  
762 acontecer no município. Hoje, com parceria com a SEMAD, nós estamos  
763 capacitando muitos municípios pequenos no Alto Paranaíba. Aqueles que fizeram  
764 os consórcios, nós estamos capacitando o pessoal tanto na parte técnica, como  
765 fiscalização e até sistema de protocolo dessa questão dos municípios. No  
766 primeiro momento, nós fomos capacitados pela SEMAD, na Supram. Nós já  
767 tínhamos um sistema mais ou menos montado no município, ficamos como  
768 referência na região e estamos com oito analistas ambientais, mais quatro de

769 fiscalização. É uma equipe bem robusta mesmo para atender o município. A  
770 Cibele entendeu que poderíamos ajudar no sistema, e nós estamos fazendo esse  
771 serviço lá no próprio município, que é capacitar esses profissionais para que  
772 possam melhorar a parte ambiental daquela região. Eu como subsecretário de  
773 Meio Ambiente do município tenho acompanhado de perto esse pessoal. O  
774 consórcio, a equipe técnica é uma parceria com a Unipan, uma universidade,  
775 esse pessoal da coordenação da engenharia ambiental, e nós estamos sentindo  
776 que isso vai avançar. A questão das estradas nós achamos que tem melhorado,  
777 mas ainda está muito longe de essas estradas não carrearem solo e enxurrada  
778 para dentro dos cursos d'água como o Tonhão falou. As obras do município nós  
779 estamos licenciando todas, inclusive das estradas, para que se adéquem à  
780 legislação. Eram tratoristas, e estamos capacitando os maquinistas, porque a  
781 maioria deles era de empurradores de terra, não sabiam e não tinham a questão  
782 da responsabilidade técnica. A Secretaria de Obras hoje tem seus engenheiros  
783 para a questão das pontes e adequação de estradas. Está muito longe de ser o  
784 ideal, mas vemos que isso vai caminhar para que aconteça de verdade.”  
785 Conselheiro José de Castro Procópio: “Tudo que se fala de revitalização eu já  
786 começo a bater palma por antecedência. Nós temos que interromper o processo  
787 de degradação, e não é fácil. Eu chamo atenção que nenhum programa de  
788 revitalização vai ter sucesso se não tiver um link com o licenciamento e a  
789 facilidade de fazer supressão. Além de todos os problemas aventados aqui,  
790 principalmente com relação às estradas rurais. Mas me preocupa muito  
791 profundamente que os licenciamentos vão para o município por causa das  
792 pressões cartoriais e eleitoreiras. Então com um prefeito é uma realidade, e é  
793 outra questão quando muda o prefeito e muda a realidade. Então eu acho que é  
794 muito importante isso. E vou lembrar de um outro projeto, que foi muito  
795 significativo para Belo Horizonte, que tem a ver com relação ao outro link da  
796 história, que é a questão da proteção dos recursos hídricos. No interior não é  
797 tanto a questão de afluentes, mas hoje em uma grande cidade a capacidade de  
798 depuração do rio não funciona. É o caso de Belo Horizonte. Nós queremos  
799 acreditar que se joga esgoto dentro do rio, dentro de qualquer um dos afluentes  
800 do Velhas, na região metropolitana, o rio vai ter capacidade de depurar. Então  
801 também têm que ter essas outras amarrações, e no caso o SAAE é muito  
802 importante. Mas eu vou dar um exemplo da Meta 2010, que não aconteceu  
803 porque tinha recurso, aparentemente, mas porque conseguiu agregar como  
804 programa de Estado as demais secretarias e os demais órgãos, autarquias, o  
805 setor produtivo e a própria Copasa para agregar os valores que já estavam com  
806 contratações garantidas. Aqui no caso a Faemg se colocou à disposição, e eu  
807 citaria também a Emater, e tem aí um monte de instituições ligadas ao setor rural,  
808 que se precisaria fazer realmente uma bolsa de recursos, de aglomerações de  
809 recursos, soma de esforços. Têm casos aqui muito engraçados, que tinham dois  
810 projetos diferentes na época da Meta, ligados à revitalização, que tinham no  
811 andar de cima duas portas, uma ao lado da outra. E uma não sabia da outra. E

dentro do governo do Estado. Eu participei, nesse período, de várias ações, principalmente porque estava no Subcomitê do Ribeirão da Mata, que são dez municípios da região do calcário com conflito já hídrico previsto. Não está real, mas o que tem de outorga é maior do que o recurso hídrico existente. E nós vimos aqui em uma reunião de nivelamento entre os órgãos do Estado, presentes todas as secretarias e autarquias, o desconhecimento, até mesmo pelo fatiamento partidário que acontece com as secretarias, com os órgãos. Um não fala com o outro porque é de outro partido. Por exemplo, para esse programa dar certo, eu acho que tem que ter estes dois vieses principais: ser um consórcio de órgãos para execução; segundo, conseguir amarrações, ferramentas reais de controle junto ao COPAM, no licenciamento. Caso contrário, recuperamos 1 hectare levando 20 anos para recuperar a área e no mesmo dia liberamos 10 hectares para supressão total de vegetação. É essa atenção que eu gostaria de chamar. Mas, meus parabéns, Thiago. Se precisar de mais apoio nós estamos te carregando para poder recuperar o Estado.” Presidente Anderson Silva de Aguiar: “Obrigado, conselheiro. Eu acho que todo apoio é sempre bem-vindo. Mas, só para lembrar, a Emater estava representada aqui pelo conselheiro Rodrigo, da Seapa, que já se ausentou. A Emater está representada aqui, sim. Em relação a sua preocupação do licenciamento ambiental dos órgãos municipais, a Deliberação Normativa exige que o Conselho Municipal de Meio Ambiente tem que ser um órgão paritário, ou seja, tem que ter a participação da sociedade civil. É um órgão, então, de controle, tal como é o COPAM, e também tem que ser decisório em relação ao processo de licenciamento. E o Ministério Público, da mesma forma como é um órgão de controle que verifica as ações do Estado, assim como a Assembleia Legislativa está para o Estado e o Conselho também está para o Estado, a mesma ação se encadeia na forma local. Então você tem o Conselho Municipal de Meio Ambiente, a Câmara de Vereadores, o Ministério Público e outros órgãos de controle interno da própria prefeitura agindo em relação ao processo. Entendemos que aquilo que se aplica ao Estado se aplica da mesma forma ao município, e existe uma ampliação da gestão ambiental e não o repasse de qualquer jeito para o município. Outro cuidado que se teve em relação a esse processo, porque a norma é completamente democrática em relação ao município só aderir à sua competência originária naquilo que ele entende que tem capacidade de fazer. Então o município escolhe quantos códigos ele consegue fazer e, dentro daqueles códigos, quantas classes ele consegue fazer também dentro do seu termo de adesão. Posterior a essa Deliberação 213, veio a Deliberação 214, que é a deliberação que trata da educação ambiental no âmbito do licenciamento ambiental. Ela foi aprovada logo depois da DN 213. E também como prevê a 213 que o município tem que seguir as normas estaduais o município está sujeito a esse tipo de ação também. Em relação a supressão de vegetação, temos normas, no caso da Mata Atlântica, normas federais. Então aquela regra que o município tem que seguir está muito clara na lei federal, e o Estado também tem que seguir. O município tem que

855 solicitar anuência do Estado para supressão de vegetação, quando necessário. E  
856 aqueles casos passíveis de autorização são aqueles que estão no escopo da Lei  
857 11.428 e no Decreto Federal 6.660/2008. Então não temos muita saída em  
858 relação à legislação federal. E lembrando também que o município tem que  
859 seguir a legislação estadual que trata as árvores imunes de corte dentro do  
860 Estado e aquelas ameaçadas também de extinção. Enfim, isso dá para nós,  
861 dentro do arcabouço pelo menos metodológico e jurídico, uma garantia de que o  
862 município vai fazer a questão de forma séria, competente e com lisura do  
863 processo. Estando o prefeito à apreciação dos órgãos de controle se cometer  
864 alguma coisa fora do padrão, fora da legalidade. A norma está aí para todo  
865 mundo seguir, a lei existe para todos seguirem. E nós temos que fiscalizar. É  
866 lógico.” **9) STATUS DO ACORDO ENTRE O SISEMA E A COPASA PARA O**  
867 **PLANO AMBIENTAL DE FECHAMENTO DE MINA (PAFEM) DA MINA**  
868 **ENGENHO D’ÁGUA DA MUNDO MINERAÇÃO, CONTEMPLANDO A**  
869 **APRESENTAÇÃO DO ESCOPO E O ANDAMENTO DAS AÇÕES.**  
870 **Apresentação: Copasa.** Nelson Cunha Guimarães, representante da Copasa,  
871 fez apresentação ao Plenário do CERH sobre o status do acordo entre o Sisema  
872 e a Copasa para o Plano Ambiental de Fechamento de Mina (Pafem) da Mina  
873 Engenho D’Água, da empresa Mundo Mineração, e complementou a exposição  
874 demonstrando as tratativas da Copasa com a Vale em decorrência do acidente  
875 na Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba e de hipotético acidente na Bacia do  
876 Velhas. Manifestações quanto à Mundo Mineração. Conselheiro Eduardo  
877 Machado de Faria Tavares: “Eu gostaria de saber o seguinte. Você colocou mais  
878 a questão que vocês estão chamando de Rejeitos II, a líquido, de lavagem do  
879 material que foi extraído. Provavelmente, vai ter o cianeto normal que depurou  
880 um pouco. Enfim, teve as radiações. Agora, o rejeito do material físico, ali é  
881 rejeito mesmo do material que foi separado.” Nelson Cunha Guimarães/Copasa:  
882 “Você fala do rejeito da Barragem II.” Conselheiro Eduardo Machado de Faria  
883 Tavares: “Da Barragem I. Porque da Barragem II você já está mostrando como  
884 está tratando. É o líquido de lavagem. E você tem outro, que é rejeito de material  
885 mesmo, que foi extraído, separado do ouro, é material físico, o rejeito  
886 propriamente dito, não só o efluente de lavagem do rejeito.” Nelson Cunha  
887 Guimarães/Copasa: “Todo rejeito sólido vai ser disposto no próprio local e  
888 confinado com a manta de geomembrana, mesmo o próprio resíduo gerado na  
889 descontaminação.” Conselheiro Eduardo Machado de Faria Tavares: “Mas foi  
890 avaliado o grau de contaminação e de toxicidade?” Nelson Cunha  
891 Guimarães/Copasa: “O projeto, até para definir qual é a melhor solução,  
892 caracterizou todo esse material. Eu não vou saber aqui, eu posso ficar devendo,  
893 qual é a composição desse material. Mas é uma composição normal, já esperada  
894 em rejeitos para esse tipo de mina de ouro.” Presidente Anderson Silva de  
895 Aguilar: “O Nelson falou aqui no início, nós fizemos uma comissão, o Estado  
896 entrou na verdade com uma ação contra os proprietários da Mundo Mineração. A  
897 ação foi exitosa, os proprietários foram condenados a recuperar o dano. Nesse

898 momento, eles fugiram do Brasil deixando os ativos e os passivos.  
899 Posteriormente, houve uma ação do Ministério Público contra o Estado de Minas  
900 Gerais, o Estado então se tornou réu. A ação também foi exitosa, dessa vez ao  
901 Ministério Público, e o Estado ficou condenado a reparar a área degradada. O  
902 Estado então montou uma comissão, da qual faziam parte a Setop, a SEMAD,  
903 com alguns órgãos, a própria SEMAD, através da fiscalização; a FEAM, o IGAM,  
904 fazendo parte disso também; o IEF também presente; a Secretaria de Governo, a  
905 Secretaria de Casa Civil, entre outras. E aí foi destinado um valor, uma verba,  
906 para se estudar qual seria o melhor projeto para contenção ou recuperação dessa  
907 área a uma situação primitiva ou estabilizada. O resultado então foi que seria  
908 melhor estabilizar essa área, e a metodologia foi: para a barragem de rejeitos, o  
909 encapsulamento, que foi a proposta adotada. É o confinamento que o Nelson  
910 está colocando aqui. Só a troca de termos, mas é a mesma coisa, o  
911 encapsulamento. E para a Barragem II, a barragem de água em que também  
912 havia contaminação – a primeira, de sedimento, a segunda, de água –, o  
913 tratamento da água e seu esvaziamento. A Copasa então foi chamada a fazer  
914 parte do termo de cooperação. A Copasa então colocou isso em manifestação do  
915 conselho de administração da empresa. Entendeu, como o Nelson já fez essa  
916 explicação, que havia um risco muito grande para o principal manancial de  
917 abastecimento da região metropolitana de Belo Horizonte. Então o conselho de  
918 administração aprovou, a Copasa passou então a fazer parte do termo de  
919 cooperação e ficou com a responsabilidade, nesse momento, de executar a obra  
920 para uma posterior discussão dos valores com o Estado. Então a Copasa já  
921 iniciou as obras. A barragem de água, a técnica para o tratamento é mais rápida,  
922 tendo em vista a expertise que a Copasa tem e, principalmente, a disponibilidade  
923 da estação.” Nelson Cunha Guimarães/Copasa: “A estação estabelecida no  
924 projeto é de 6 litros por segundo. Como a Copasa tinha essa unidade com  
925 capacidade de tratar 40 litros por segundo, então nós conseguimos utilizar o  
926 cronograma da própria recuperação da área. Seria um cronograma bem extenso,  
927 e a ideia até com essa proposta e a agilidade que nós estamos conseguindo com  
928 essa descontaminação, esse cronograma está prevista sua finalização em março  
929 de 2020.” Presidente Anderson Silva de Aquilar: “Eu vou chegar, praticamente, à  
930 sua resposta. Qual é o nível de contaminação da água e do sedimento? Os  
931 valores analisados, eles fizeram realmente a composição do projeto conceitual  
932 que chegou então à proposta do encapsulamento e tratamento de água.  
933 Pontualmente, eu não sei dizer aqui, o Nelson também não sabe, e eu acho que  
934 talvez nem o Thiago vai saber qual era a quantidade, em parâmetros, das  
935 diversas substâncias ali presentes. O que é possível dizer neste momento, para  
936 apresentação, é que esses valores estão dentro da normalidade para uma  
937 extração de ouro, para o nível de contaminação que tem um rejeito de  
938 contaminação de ouro. Então a técnica de encapsulamento foi entendida e eleita  
939 como a técnica adequada. Então obviamente o nível de contaminação é um nível  
940 tal que esse rejeito não pode ficar exposto a intempéries ou à menor

941 possibilidade de haver algum tipo de contato. E para água a estação de  
942 tratamento consegue abaixar os parâmetros para os níveis aceitáveis pela  
943 legislação vigente. Pontualmente em número, eu não sei, mas o composto foi  
944 esse.” Conselheiro Eduardo Machado de Faria Tavares: “Quando eu estava como  
945 ouvidor, nós tivemos um vazamento da Jaguar Mining, e o mais interessante de  
946 tudo é que o Núcleo de Emergências da SEMAD, que estava acompanhando,  
947 estava recebendo as informações de análise de água, por exemplo, de pesquisas  
948 que foram feitas por laboratório que estava funcionando fora daquele propósito  
949 que a SEMAD queria. E quem estava me subsidiando, que eu pedi, foi a Copasa,  
950 porque existia o mesmo risco, apesar de ser uma área um pouquinho diferente,  
951 de Itabirito, mas existiu o mesmo risco de chegar a Bela Fama os níveis que até  
952 então estavam bem acima da nossa legislação. Principalmente, o cianeto e o  
953 arsênio. Mas a metodologia de tratamento do ouro era um pouco diferente. O  
954 problema que eu estou perguntando é que essas piscinas que ficam aí, o  
955 ultravioleta tira o poder da eficiência da toxicidade de alguns elementos. Mas  
956 como ela é profunda eu não sei qual é a penetração do raio em cima de uma  
957 lagoa dessa. Por isso que eu estou te perguntando esses parâmetros. Não é nem  
958 por uma questão técnica. Eu tenho ainda os dados da outra e gosto sempre de  
959 saber, porque o que nós aprendemos com esse tipo de tratamento é que vai  
960 poder permitir ações. Da mesma forma que eu pedi que fosse apresentada aqui  
961 no CERH essa tratativa que vocês fizeram. Foi mais nesse intuito, não só de  
962 trazer o conhecimento, mas também de saber que já ocorreram outros acidentes  
963 dessa natureza e que é uma soma dos conhecimentos para podermos ter um  
964 posicionamento aqui no CERH.” Nelson Cunha Guimarães/Copasa: “Então todo  
965 resíduo sólido não sai daqui, fica aqui e vai ser encapsulado. Lembrando, eu era  
966 o gerente do Rio das Velhas, na época em que aconteceu esse acidente na  
967 Jaguar Mining, que foi diferente. Lá foi uma adutora que rompeu, uma adutora de  
968 transporte de rejeitos. O principal contaminante lá era cianeto. Eu acredito que  
969 aqui o principal contaminante é o arsênio. E a maior parte do ficou às margens do  
970 córrego e na Barragem de Acuruí. Eu lembro que lá nós fizemos um sistema de  
971 monitoramento diário da captação, no Sistema Rio das Velhas, e não  
972 conseguimos detectar anormalidade no caso.” Presidente Anderson Silva de  
973 Aguilar: “Só para frisar, a sua pergunta foi a mesma que a repórter da Rede  
974 Globo que fez para nós lá no dia. Tivemos que dar uma resposta no dia. Como há  
975 diferença de profundidade, e a radiação solar interfere no processo, teriam  
976 diferentes concentrações à medida que se tinha o aprofundamento da barragem.”  
977 Conselheiro Hércio de Miranda Baptista: “Eu queria parabenizar a exposição do  
978 Nelson, muito detalhada, muito bem explicada. E eu gostaria de fazer duas  
979 perguntas. A primeira, se ele socializaria o material para nós aqui.” Nelson Cunha  
980 Guimarães/Copasa: “Esse material está disponível. Já me pediram aqui, e ele  
981 pode ser disponibilizado, sem problema, no site da reunião.” Conselheiro Hércio  
982 de Miranda Baptista: “A segunda é que eu achei muito interessante essa técnica,  
983 essa metodologia. E na Lei 8.666, geralmente, quando tem vários projetos assim,

984 quanto mais repetir, melhor. A minha pergunta é se esse tipo de solução seria  
985 uma solução também, por exemplo, para Barão de Cocais e outras barragens  
986 que apresentam esse mesmo tipo de problema. Eu acho que a Vale está sendo  
987 demonizada por ter locais que tenham essas tecnologias, mas na realidade  
988 simplesmente adquiriu de mineradoras antigas. Então eu acho que ela herdou um  
989 problema. Lá em Carajás, por exemplo, ela usa outro tipo de tecnologia. Então eu  
990 queria saber se esse tipo de metodologia para solução de barragens de rejeitos  
991 poderia ser utilizado pela Vale ou por outras mineradoras que têm o mesmo  
992 problema e se essa área de mineração poderia ser reaproveitada depois com  
993 outro tipo de tecnologia.” Nelson Cunha Guimarães/Copasa: “Hélcio, eu não sou  
994 a pessoa melhor para te responder isso, eu não sou especialista em mineração,  
995 mas acredito que são coisas totalmente diferentes. Mesmo porque em Barão de  
996 Cocais é uma mineração de ferro, então são soluções diferenciadas.” Presidente  
997 Anderson Silva de Aguiar: “A concepção desse projeto foi bem inerente a essa  
998 situação. Então qual era a situação? A situação de mineração de ouro com uma  
999 concentração de rejeito colocada, conhecida, e uma situação também de  
1000 abandono. Então esse projeto serve para outras atividades? Só se enquadrarem  
1001 às mesmas características em que ela está, depende do volume, depende da  
1002 concentração do material, porque foram estudados também os seus  
1003 contaminantes. Depende da situação da integridade da manta, se era possível  
1004 fazer o encapsulamento ou não. Então esse projeto foi para isso. Para outros,  
1005 tem que estudar. Então possivelmente não seria a mesma metodologia. Talvez  
1006 poderia ser até uma metodologia igual ou parecida, mas um projeto diferente,  
1007 apropriado à área.” Conselheiro Rodrigo Bicalho Polizzi: “É interessante ver que  
1008 várias obras já estão em andamento, com algumas etapas cumpridas. Parte da  
1009 minha pergunta já foi até respondida. Eu ia perguntar sobre os prazos de  
1010 conclusão. Já foi comentado que seria março de 2020. Mas eu queria só incluir  
1011 na pergunta o seguinte. Se a estação de tratamento de água já está em  
1012 operação, se já está ocorrendo o tratamento, e se o prazo de março de 2020  
1013 inclui tanto a fase sólida e a fase líquida ou se tem diferenciação.” Nelson Cunha  
1014 Guimarães/Copasa: “Já iniciou o tratamento. Teve uma fase inicial de testes.  
1015 Oficialmente, nessa questão já com tratamento, na semana passada, e nós  
1016 imaginamos que essa fase seja concluída de 20 a 30 dias, até mesmo pelo  
1017 volume de água que existe lá e pela capacidade da estação. E o prazo de março  
1018 de 2020 já seria para a implantação completa de todo o projeto. Lembrando que o  
1019 monitoramento dessa instrumentação continua durante três anos.” Conselheira  
1020 Bruna de Souza Otoni: “Primeiro, excelente explanação. Eu gostei muito da  
1021 concepção. Eu gostaria de saber, na verdade, algo que vai de encontro com a  
1022 Copasa, mas não exatamente desse projeto em si. Eu queria saber se tem como  
1023 a Copasa entrar conosco em um projeto desse, apoiado pelo Conselho, para a  
1024 Barragem do Setúbal, quanto aos impactos que estão acontecendo na Barragem  
1025 do Setúbal. Eu venho falando em várias reuniões de Comitê e na Assembleia que  
1026 nós temos um problema grave na Barragem de Setúbal que impacta diretamente



1027 no rio Araçuaí. Hoje, temos uma argila que está gerando um impacto enorme e  
1028 falamos que o pessoal lá embaixo está tomando, porque a Copanor não está  
1029 conseguindo tratar água. Aí eu queria saber se é possível ver isso pelo Conselho,  
1030 se é possível a Copasa entrar conosco nessa questão.” Nelson Cunha  
1031 Guimarães/Copasa: “Primeiro, como eu comentei a atividade fim da Copasa não  
1032 é recuperar áreas de mineração. Os empreendedores são responsáveis por essa  
1033 recuperação, e cabe ao órgão ambiental cobrar essa recuperação. Isso aqui foi  
1034 um caso muito específico e estratégico. E nesse sentido, com aprovação do  
1035 nosso conselho de administração, nós entramos nesse projeto. Eu acho que a  
1036 primeira coisa é realmente buscar que os responsáveis recuperem. No caso  
1037 específico, é da Copanor.” Conselheira Bruna de Souza Otoni: “É barragem de  
1038 perenização, gerida pela Seapa hoje, antigamente pela Ruralminas. É por isso  
1039 que eu estou perguntando se podemos ter algo assim.” Presidente Anderson  
1040 Silva de Aguiar: “Eu acho que esse assunto nós podemos tentar encaminhar  
1041 depois. Nós podemos dar o apoio institucional necessário de que o município  
1042 precisa. Nós respondemos, tem pouco tempo, a Seapa sobre o processo de  
1043 regularização, porque me parece que parte do recurso referente a essa barragem  
1044 vem da União. Depois se você quiser marcar com o Thiago ou comigo nós  
1045 podemos tratar esse assunto, sim. Acho que o mais adequado é até com o  
1046 Rodrigo, da Seapa, que estava aqui e tem informações mais robustas e ainda  
1047 tem lá o Hamilton, que cuida também dessa área dentro da Seapa.”  
1048 **Manifestações sobre o relato das tratativas entre Copasa e Vale decorrentes**  
1049 **do rompimento da barragem de Córrego do Feijão.** Conselheiro Tales  
1050 Heliodoro Viana: “A minha preocupação continua a mesma, porque nós temos  
1051 projetos, que eu conheço praticamente todos, e eu sabia que o Paraopeba não  
1052 alimenta a parte do Velhas, eu sabia que essas cidades não têm outra fonte de  
1053 abastecimento. Eu estive lá por 34 anos. E eu sabia que nada foi feito. E agora,  
1054 de repente, por causa da perda de um pedaço de uma gambiarra, perdemos  
1055 grande parte do braço do rio Grande e do rio Manso, o que aconteceu? Naquela  
1056 época em que se perdeu um braço do Manso, ninguém falou nada, a mineradora  
1057 estava ali para cima. E está lá. Nós perdemos, e tem que ser otimista demais da  
1058 conta e irresponsável demais da conta para achar que isso tudo que foi colocado  
1059 aqui vai ser feito em tempo hábil. Não fez em 30 anos, vai fazer em cinco? Então  
1060 Belo Horizonte continua em estado de risco. Mas é sério, é muito sério. E eu sei  
1061 do esforço dos meus colegas de Copasa, dos técnicos, para tentar demover as  
1062 pessoas que estão no comando, como eu escrevi outro dia no nosso grupo de  
1063 WhatsApp de aposentados. Foi muito interessante. Eu fui superintendente por  
1064 quatro anos, tive um político que não tinha mandato e acabou indo para lá. Gente  
1065 boníssima, e todo mundo sabe quem era o Tilden Santiago, fantástico como  
1066 pessoa. Como diretor de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, vocês imaginam. O  
1067 segundo foi um delegado de polícia aposentado, que foi o que mais ajudou, por  
1068 incrível que pareça, porque ele era amigo do secretário de Meio Ambiente e  
1069 facilitava o nosso trabalho. E o último, um sujeito que veio sabe lá Deus de onde,

1070 vindo lá de Ipatinga, que trabalhava para a mulher do Chico Ferramenta e foi meu  
1071 diretor. Aí um dia ele vira e fala assim: 'Eu fiz pós-graduação em meio ambiente.'  
1072 Eu fiquei muito feliz, mas ele tinha feito um curso de 30 horas. Então é isso que  
1073 os meus colegas de Copasa enfrentam no dia a dia. Diretores que não sabem  
1074 nem para que lado que a água corre definindo algumas coisas. Quando se diz  
1075 que nós perdemos a captação do Paraopeba, nós nunca tivemos, ela foi feita no  
1076 último governo, era uma coisa qualquer para se fazer, porque tinha que ser feita,  
1077 porque nós ficamos quatro anos sem ter água no Rio Manso. E olha que no Rio  
1078 Manso tem água, e no Serra Azul não tem. Os reservatórios da Copasa não  
1079 foram feitos para durar mais de dois anos sem chuva nem para perder volume.  
1080 Agora, contar com Vargem das Flores é loucura. O que acontece em Várzea das  
1081 Flores? A água de Vargem das Flores é podre. Por que? Toda a água de  
1082 lavagem de grande parte da cidade de Contagem vai para onde? Vargem das  
1083 Flores. Tudo da Nelson Hungria vai para lá. Várzea das Flores, há 30 anos, a  
1084 Marília Bouchardet, que era nossa chefe da Divisão de Mananciais, falava isso:  
1085 'Vargem das Flores é caso perdido'. Eu ainda briguei até o último dia em que  
1086 estava lá, inclusive com a promotora. Pergunte se o Plano Diretor de Vargem das  
1087 Flores foi feito? Não. Pergunte se a questão de acerto dos lotes de Rio Manso  
1088 está feita até hoje. Não, tem demanda judicial até hoje, após 30 anos. Pergunte  
1089 se a população do entorno de Rio Manso gosta daquele negócio lá. Eles cortam a  
1090 cerca, diretamente a turma da segurança está lá tirando gado de dentro da área  
1091 do reservatório. Por quê? Porque a Copasa foi inepta em tratar aqueles que  
1092 seriam os principais beneficiários, ou seja, o cara que está dando a terra para  
1093 você fazer uma reserva. Ele entende isso como bom para ele, ele perdeu a terra,  
1094 perdeu a história dele. Então quando o Nelson me traz aqui que vai tirar do Prata  
1095 600 litros, quando der, já estão contando que vão tirar 60% da água. E o pedaço  
1096 de Belo Horizonte que não vai ser atendido? E o tamanho da adutora? São 34 km  
1097 a adutora de Rio de Pedras? Não tem projeto, é um sonho de uma noite de  
1098 verão. Enquanto não tiver ninguém lá furando e fazendo, é sonho. A Copasa não  
1099 faz projeto, ela contrata. Até para contratar um projeto desse é um deus nos  
1100 acuda. E não é a Vale que vai resolver isso de hoje para amanhã. Eu falei outro  
1101 dia na reunião do COPAM o seguinte: não estou aqui para proteger a Vale, muito  
1102 pelo contrário, mas agora tudo se joga em cima da Vale. É fácil. A  
1103 irresponsabilidade de todos os nossos governos lá atrás em relação ao  
1104 saneamento neste Estado não é brincado, é muito séria. Quando se conseguiu,  
1105 pela Copasa, a outorga para aumentar para 8,7 no rio das Velhas, foi uma  
1106 temeridade, mas sonhava-se que teria 12, na mínima, para se tirar 8,6, para  
1107 sobrar 3,4 m<sup>3</sup>/s. Eu vi, na véspera da eleição, que o PSDB perdeu, o diretor de  
1108 Operações da Metropolitana virar e falar assim: 'Não pode faltar água na  
1109 Metropolitana'. E eu vi secar o rio. E eu, superintendente de Meio Ambiente, não  
1110 pude falar absolutamente nada. Então eu vi secar. E sabe o que mantém a água  
1111 correndo ali para baixo? É o Prata. Por isso que a população ali debaixo não  
1112 percebeu. Na hora que você tirar lá também, aí vai secar o rio. Porque quando

1113 você coloca que nós vamos ter disponibilidade de 9, estão esquecendo de dizer  
1114 para o Paraopeba que ele tem que ter água a montante da nossa captação, a 13  
1115 km, ter o mesmo deflúvio superficial que tem hoje lá embaixo. Lá embaixo já não  
1116 funciona, só funciona na chuva, e você já está contando com a água que vai vir lá  
1117 de cima, de 4 m<sup>3</sup>/s, que não existe, não tem. Nós estudamos isso antes. Então  
1118 assim nós sabemos que Belo Horizonte continua e vai continuar por muito tempo  
1119 andando no fio da navalha. Os meus colegas engenheiros sabem disso, os meus  
1120 colegas hidrólogos sabem disso, a direção da Copasa continua não sabendo  
1121 disso. Eu não queria que o Nelson viesse fazer essa apresentação aqui, porque  
1122 eu o conheço desde menino mesmo. Mas eu queria que um diretor viesse aqui  
1123 falar. Eles podem saber um monte de coisas, o da Metropolitana é ótimo para  
1124 falar. É meu amigo pessoal, gosto muito dele, mas ele não tem o conhecimento  
1125 hidrológico que os nossos técnicos têm, que estão lá hoje comandados pelo  
1126 Nelson. Nós não temos água na região metropolitana, tem que botar isso na  
1127 cabeça. Cada obracinha dessa, cada barragemzinha que 'eu vou fazer, vou fazer,  
1128 vou fazer', nós estamos matando uma área gigantesca de recuperação de Mata  
1129 Atlântica, de tudo, e tirando as populações e mais um problema social. Se a Vale  
1130 nos criou um problema social seríssimo, a Copasa vai continuar querendo criar.  
1131 Já não chega o esgoto maltratado, porcamente tratado, em uma cidade imunda  
1132 como está Belo Horizonte. Aqui vai a minha crítica à Prefeitura de Belo Horizonte,  
1133 nunca vi uma cidade tão suja. E quando chove, para minha tristeza, quando vejo  
1134 as primeiras águas lavando as ruas de Belo Horizonte, falo assim: 'Lá vai o rio  
1135 das Velhas'. Nós temos que ter coragem neste país de trabalhar de forma séria e  
1136 pegar o nosso esgoto, tratar e redistribuir. Isso eu quero ver. Com os padrões do  
1137 rio das Velhas, para jogar de novo no rio Arrudas, não adianta ter uma ETE boa.  
1138 Se você tiver uma ETE boa, você pode jogá-la para cima e tomá-la. Isso eu quero  
1139 ver, isso é competência, é isso que nós temos que exigir. Então eu fico muito  
1140 triste dada uma apresentação dessa baseada em sonho. Aquela adutora, linha  
1141 vermelha, para interligar um sistema com outro, você não consegue fazer isso  
1142 com o metrô, você não vai conseguir. A Copasa não conseguiu fazer o  
1143 abastecimento de água de Pará de Minas, perdeu a concessão. Eram 20 km do  
1144 Paraopeba até lá. Não fez. Era uma adutora de borracha, sei lá como chama, era  
1145 uma bobagem, só seguir a estrada, estava pronta. E não fez, perdeu. E por aí vai,  
1146 estamos perdendo uma série de sistemas. Então eu fico preocupado, continuo  
1147 preocupadíssimo em relação ao abastecimento da região metropolitana de Belo  
1148 Horizonte, principalmente todos aqueles que são abastecidos pelo rio das Velhas.  
1149 Porque nós vimos solução para quatro cidades em volta e não vi nenhum para a  
1150 região Leste de Belo Horizonte e a região abastecida pelo rio das Velhas. Muito  
1151 obrigado. Nelson, você está de parabéns pela apresentação." Conselheiro  
1152 Eduardo Machado de Faria Tavares: "Só para informar ao Nelson o seguinte.  
1153 Como eu te falei antes, na época, uma das coisas que nós tínhamos, até como  
1154 compensação ambiental pelo que tinha acontecido, porque as multas nós  
1155 sabíamos que era pouco provável de serem recebidas, mas nós conseguimos

1156 com a Jaguar, vocês da Copasa, à época, e a Cemig. Depois furou por uma  
1157 questão de Estado, não era o interesse do Estado que essa compensação fosse  
1158 feita. Mas uma delas era a recuperação de Acuruí, que a Copasa até tentou  
1159 continuar depois de outra forma, e também eu fiquei sabendo que não deu muito  
1160 certo. Mas ela tem todos os estudos de batimetria, de sedimentos, eles têm todo  
1161 esse material. Eu não sei como vocês estão trabalhando em parceria, mas seria  
1162 interessante até ter esses dados, porque é uma economia muito grande em  
1163 termos de projeto.” Nelson Cunha Guimarães/Copasa: “Estamos trabalhando com  
1164 a Cemig. Só as provocações do Tales, meu colega e amigo, mas eu vou ter que  
1165 responder algumas delas. Primeiro, com relação a Acuruí, essa tratativa está  
1166 sendo feita com a Vale. Todos esses projetos não estão sendo realizados por  
1167 empresas contratadas pela Copasa, eles estão sendo acompanhados pela  
1168 Copasa, mas são projetos que, obviamente, estão buscando todo o memorial que  
1169 existe de estudos técnicos de concepção já elaborados dentro da empresa, mas  
1170 as empresas contratadas são contratadas diretamente pela Vale, já que,  
1171 obviamente, a Copasa, por ser uma empresa estatal. Esclarecer a questão de  
1172 Pará de Minas. A Copasa perdeu a concessão em Pará de Minas por uma  
1173 solução que era a 40 km de adutora no rio Paraopeba, que estaria impactada,  
1174 como está. A Copasa não fez um investimento em função de que ela não tinha  
1175 contrato de concessão. Ou seja, a Copasa não poderia fazer um investimento tão  
1176 grandioso no município de Pará de Minas sem ter uma garantia do município de  
1177 que o contrato estaria valendo. Na época, o nosso contrato já estava caduco há  
1178 dois anos ou alguma coisa assim.” Conselheiro Tales Heliodoro Viana: “Mas ela  
1179 fez 72 poços profundos ao custo de mais de R\$ 30 mil cada um.” Nelson Cunha  
1180 Guimarães/Copasa: “Por uma questão emergencial. Não foram 72. Mas não  
1181 tenho esse número. De qualquer maneira, é menos do que uma adutora. Eu  
1182 espero que isso não seja sonho, que isso realmente seja realidade. A captação  
1183 do Paraopeba foi construída no prazo recorde. A adutora foi construída em seis  
1184 meses. Construímos um sistema de 5 mil litros por segundo no período de um  
1185 ano, que era uma coisa que ninguém imaginava, justamente por uma função de  
1186 uma diretriz de prioridade que foi dada pelo governo do Estado e por uma  
1187 diretoria. Hoje não existe mais a Diretoria de Meio Ambiente na Copasa, hoje tem  
1188 uma diretoria técnica, e o ocupante da diretoria é extremamente técnico e  
1189 acompanhou pessoalmente todos os projetos que foram implantados. O que nós  
1190 queremos é não utilizar nenhuma dessas soluções, o que queremos mesmo é  
1191 que o acidente no rio das Velhas não aconteça, ou seja, que todos os esforços  
1192 sejam feitos para que essas barragens não se rompam e não impactem o rio das  
1193 Velhas, o que realmente é uma situação que é uma calamidade que podemos  
1194 considerar de consequências que a gente não consegue nem mensurar neste  
1195 momento. Mas está sendo feito o trabalho, e de todas as soluções aqui o ponto  
1196 primordial é de soluções que sejam exequíveis em um prazo menor de tempo  
1197 possível. E isso é um desafio da própria Vale, que vai ser cobrada judicialmente  
1198 para fazer essas instalações. Nenhuma companhia de saneamento trabalha com

1199 estruturas em standby-by no Brasil inteiro e no mundo inteiro. Porque se para cada  
1200 captação você tiver uma captação de standby-by você praticamente inviabiliza o  
1201 negócio de sistemas de abastecimento de água. Ou seja, o sistema acompanha  
1202 um Plano Diretor, que é implantado conforme o crescimento da demanda das  
1203 regiões que abastece. Então a maioria dessas situações aqui já fazia parte do  
1204 Plano Diretor. Graças a Deus que permitiu até que negociássemos de uma forma  
1205 mais ágil com a Vale para implantar essas ações, mas que são implantadas  
1206 paulatinamente à medida de aumento de demanda. Passamos, sim, por um  
1207 momento crítico a partir de 2014 justamente, primeiro, por uma questão  
1208 climatológica que pegou toda a região Sudeste de surpresa. Não só Minas  
1209 Gerais, mas Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, praticamente toda a  
1210 região Sudeste teve as mesmas dificuldades. Eu entendo que Minas Gerais,  
1211 graças a Deus, conseguiu passar por isso com um sucesso absoluto, a meu ver.”  
1212 Thiago Figueiredo Santana/IGAM: “Eu vou só fazer uma complementação. Nós  
1213 temos discutido dentro de um grupo dentro da UFMG a proposição de uma norma  
1214 de reuso de águas residuárias de estações de tratamento públicas,  
1215 principalmente pensando no Norte de Minas. Se discutimos a capacidade dos rios  
1216 aqui de depurar, imagine onde o rio não tem água. Então é um conceito que  
1217 temos discutido para normatizar e dar segurança jurídica para que possam ser  
1218 aproveitadas essas águas. E espero que neste ano a gente já traga ao Conselho  
1219 a proposta.” Nelson Cunha Guimarães/Copasa: “O reuso é uma questão em que  
1220 temos que buscar tecnologia. Existem várias experiências em Hong Kong,  
1221 Barcelona, que utilizam, mas é uma maneira que tem que ser vista com muito  
1222 cuidado, principalmente pela questão de contaminantes, como os disruptores  
1223 endócrinos, famosos, e os fármacos. Isso é um complicador, e realmente não  
1224 existe legislação no mundo com relação a isso, o que realmente tem que ser  
1225 cuidado. Mas o reuso é importante e tem que ser incentivado.” Conselheiro  
1226 Leonardo Romano: “Eu quero fazer uma pergunta para o conselheiro Tales. Ele  
1227 falou que trabalhou 34 anos na Copasa. Eu tenho uma experiência no mundo  
1228 corporativo de 37 anos no mercado de Telecom. Eu comecei na Telesp, Telemig,  
1229 passei pela privatização da Telemar e fui até a Oi. E conheço muito bem como foi  
1230 o processo de transição para o setor privado. Eu acho que quase todos aqui se  
1231 lembram que antigamente telefone era até declarado como bem no Imposto de  
1232 Renda, tinham pessoas que viviam de renda de aluguel de telefone. Era um  
1233 atendimento precaríssimo, uma capilaridade mínima. Hoje, todo mundo tem  
1234 telefone, e está absolutamente instituído o serviço. Então a pergunta é a  
1235 seguinte. A gente ouve o governo estadual falando de iniciativa de privatização  
1236 de empresas estatais. Então eu pergunto. Por analogia, você acha que a  
1237 privatização da Copasa poderia trazer uma melhoria no serviço nesse aspecto de  
1238 mais investimento, de melhor atendimento, de mais segurança?” Conselheiro  
1239 Tales Heliodoro Viana: “Eu não acredito nisso, eu não acredito na privatização de  
1240 serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto. Primeiro, apesar de  
1241 dar dinheiro, se não desse, nós não teríamos ações da bolsa, a questão do

1242 subsídio cruzado é que permite lugares igual Pedra Azul, Medina, Comercinho do  
1243 Bruno... É nada entre lugar nenhum. Eu já estive lá. Se não for a Copasa lá com  
1244 um poço distribuindo, vão tomar água que desce pelo curral. Então o subsídio  
1245 cruzado permitia que eu, que tinha um cargo alto, pudesse ir lá dar assistência  
1246 técnica pelo mesmo custo de Belo Horizonte. Só pagavam o hotel e a minha  
1247 comida. O meu salário já estava pago aqui. E outra: permite uma economia de  
1248 escala. O grande problema da Copasa é que ela sempre foi usada como moeda  
1249 política, os cargos políticos na direção. É isso que mata. Não é o serviço, não é  
1250 que o funcionário que hoje trabalha na Copasa é pior do que o que trabalha fora.  
1251 Muito pelo contrário. Eu fiz um doutorado lá dentro, eu fiz um mestrado  
1252 trabalhando na Copasa, eu nunca fui dispensado de serviço para fazer isso. Eu  
1253 viajava, montavam um plano de horas extras, mostrava para o meu chefe, e ele  
1254 me autorizava fazer. Por isso que eu consegui fazer um mestrado e um  
1255 doutorado lá dentro. Porque a Copasa também não incentiva. Tanto que eu era o  
1256 único cara com doutorado em saneamento dentro da Copasa. Eu não fiz no  
1257 boteco da esquina, fiz na UFMG, e foi a último tese defendida aqui embaixo.  
1258 Então eu quero que vocês se lembrem do seguinte: uma coisa é discursar  
1259 batendo contra a inépcia de um sistema que não pensa a longo prazo. Eu não  
1260 disse em momento algum que nós temos que ter nada em standby. O Nelson  
1261 me falou aqui que o Plano Diretor está sendo pronto para ser entregue agora.  
1262 Isso tinha que estar pronto todos os anos para trás. Quantas vezes nós fizemos  
1263 reunião de planejamento estratégico? O Cunha Melo está ali com a mão na  
1264 cabeça, com medo de Araçuaí cair na cabeça dele. Mas é isso mesmo, porque o  
1265 Cunha Melo sabe disso, ele foi nosso gerente, nosso superintendente e conhece  
1266 tanto quanto eu. Então o não enxergar à frente é que mata as nossas empresas  
1267 públicas, é não ver muito além do que se faz como trivial e normal, esperar a  
1268 crise acontecer.” Presidente Anderson Silva de Aguiar: “Eu acho que o que a  
1269 sociedade toda espera é que tenhamos empresas comprometidas com aquilo que  
1270 o cidadão realmente está buscando. Outro ponto é que possamos ter dirigentes  
1271 que têm formação profissional, conhecimento da área e, principalmente,  
1272 capacidade fazer a direção do órgão. E hoje nós falamos com muito orgulho que  
1273 pelo menos no Sisema nós conseguimos. A diretora do IGAM é mestre, é doutora  
1274 em recursos hídricos. O diretor-geral do IEF é doutor, engenheiro também. O  
1275 secretário de Estado é mestre. Todos na área ambiental. Eu também sou mestre  
1276 e também não peguei folga nenhuma, tive que fazer um plano igual você fez. E  
1277 os outros dirigentes também seguem na mesma linha. E a sociedade vai se  
1278 modernizando, nós aprendemos a cobrar. Eu digo como sociedade, fazendo  
1279 parte da sociedade, nós demoramos a aprender a cobrar, mas agora estamos  
1280 aprendendo nem que seja pela rede social.” Conselheiro José Antônio da Cunha  
1281 Melo: “Os hidrólogos, o que nós fizemos na Copasa era para o rio Manso dar uns  
1282 8 m<sup>3</sup>/s e o outro era para dar 10,5. Ou seja, houve um problema sério,  
1283 climatológico, porque o Sistema Serra Azul foi feito para dar 2,8 e não dá nem 2.  
1284 Alguém que a Copasa contratou e pagou disse que aquilo dava 2,8 m<sup>3</sup>/s, e não

1285 deu. Contratou-se o Manso para dar 10,5. A barragem foi feita para 8 m<sup>3</sup>/s, com  
1286 possibilidade de ampliar para 10,5. Todo o Sistema do Manso foi feito pensando  
1287 em 10,5. Irresponsavelmente, não, foi feita a barragem para 8, para crescer de  
1288 uma forma que pudesse crescer 2,5. As adutoras mais complicadas que estavam  
1289 sobre a barragem eram para passar 10,5. Todas as elevatórias foram feitas do  
1290 tamanho compatível para elevação para 10,5. E as bombas, evidentemente, nem  
1291 as adutoras foram feitas para conduzir 10,5, quando na realidade estava no  
1292 primeiro momento, o bombeamento da primeira etapa era 4, com limite para 5. E  
1293 isso implica: se botar mais água na adutora do que foi definido, vai gastar mais  
1294 energia elétrica. Então na verdade essas coisas da linha, tudo surgiu depois que  
1295 aconteceu o grande problema. Não que estivessem todos os problemas  
1296 absolutamente resolvidos. Agora, não é de hoje que a mina de Rio Acima  
1297 preocupa a todos os técnicos da Copasa que têm o mínimo de percepção de que  
1298 aquilo é uma bomba atômica que estava esperando dar um problema. A questão  
1299 da falha hídrica, da falha climatológica que houve lá em 2008 ou 2009 não foi da  
1300 Copasa. São Paulo teve que baixar, Guarapiranga teve que botar a bomba não  
1301 sei aonde. Ninguém estava esperando isso. Eu estou aqui conversando com a  
1302 Bruna aqui por conta do Gravatá, que é o afluente do Araçuaí, onde toda a minha  
1303 família ia viver as férias. O rio, há dois anos, secou. E no distrito que tem, acima  
1304 da cidade, aquela fazenda em que eu fui visitar e até hoje vou visitar os tios, a  
1305 Copanor botou estação de tratamento de esgoto que joga o esgoto no rio que não  
1306 tem água. Aí nós tivemos que inventar, foram os técnicos da Copasa lá, criaram  
1307 algumas situações específicas. Quer dizer, houve um problema sério de falta  
1308 d'água, por causa de falta de chuva, que não foi ninguém o culpado. Agora, que  
1309 era para dar os 2,5 e os 10,5, e o próprio rio das Velhas também era previsto  
1310 para dar mais, estão diminuindo as vazões. E têm que tomar preocupação com  
1311 isso. Então não todos os problemas estavam resolvidos, mas aquilo aquele  
1312 problema mostrou uma série de fragilidades, e essas fragilidades são reais. Então  
1313 nós temos que tomar alguma providência. Agora, eu não sei dimensionar o  
1314 tamanho das providências. É a primeira vez que eu vejo a Copasa falar sobre  
1315 isso. Algumas coisas têm que ser feitas. Se umas estão sendo feitas mais do que  
1316 deviam, eu não vi nada que não estivesse tendo o mínimo de aplicabilidade na  
1317 situação. Se está na hora de fazer isso para ter uma super segurança,  
1318 aproveitando uma situação accidental, eu não vou me meter nisso. O que eu vi lá  
1319 são coisas que são necessárias dentro desse contexto. Algumas perguntas eu  
1320 teria para fazer ao Nelson, até porque a adutora que vai sair antes da captação  
1321 do Paraopeba não vai até a captação antiga, que ganha 7 km de adutora. E 7 km  
1322 de adutora, isso é alguma coisa. A única coisa que eu vi aqui, na rapidez da  
1323 identificação, é porque a nova captação do Paraopeba, que deve estar a 5 km de  
1324 distância da captação antiga, não seria encaminhada essa água para a captação  
1325 para aproveitar a adutora da outra. Já que não pode aproveitar simultaneamente.  
1326 Porque o Paraopeba não dá 13 litros por segundo. Se vão tirar 6 daqui e 4 dali,  
1327 não dão 10. Ou está tirando daqui ou está tirando dali. É uma pergunta muito

1328 ligeira, sem saber como é a topografia. É a única coisa que eu vi que merecia um  
1329 esclarecimento maior. Agora, essas questões surgiram, há uma preocupação  
1330 grande, não se pode realmente, como o Nelson falou, fazer sempre uma estação  
1331 de tratamento de água e prever que vai dar problema e faz outra. Não tem nada  
1332 que viabilize isso. Tem que se fazer plano de contingência, têm que se fazer  
1333 essas transposições que foram tentadas. E eu acredito que houve falhas, claro, o  
1334 planejamento é complicado de se fazer. A região metropolitana é um problema  
1335 seríssimo, e eu não estou vendo nenhum urbanista e nenhum sanitarista falar  
1336 bem do Plano Diretor. E eu fiquei satisfeítíssimo. Porque pegar uma cidade na  
1337 região metropolitana que não tem nenhum planejamento urbano, a cidade cresce  
1338 igual uma ameba, vem para cá, vai para lá. É o interesse do imobiliário, são os  
1339 interesses das pessoas que estão envolvidas, as grandes imobiliadoras que  
1340 definem para onde vai a cidade. Estou dizendo da Copasa, pela vivência, como  
1341 possivelmente a Cemig e outras, você viabiliza um loteamento aqui, com água,  
1342 com esgoto, com a dificuldade toda, lança o outro ali, e quando fica mais ou  
1343 menos viável vai uma avenida enorme, e aí, ao longo dessa avenida, vai surgindo  
1344 um monte de filhotes de loteamento. Quer dizer, como é que o planejamento  
1345 urbano dá certo nisso? Eu acho que nós temos uma luta enorme no Brasil que  
1346 ninguém fala, quando comparado com a Europa, uma coisa que eu sempre falo.  
1347 'Não, porque lá na Europa...' Na Europa não cresce a população, tem 20 anos em  
1348 que a população não cresce. Os pepinos que nós temos são essa maluquice de  
1349 não ter planejamento. Não tem planejamento nenhum, ninguém sabe como vai  
1350 crescer. Então nós temos aqui um problema sério dessa falta de controle de  
1351 população urbana. O Plano Diretor ficou lá discutindo questões econômicas sem  
1352 pensar que um Plano Diretor define para onde vão as coisas, permite que você  
1353 planeje. Planeja a Copasa, a Cemig, a ocupação dos ônibus, como vai ser o  
1354 metrô. Agora, aqui como é que faz? Pensem a dificuldade que a Copasa tem com  
1355 a ampliação de uma região metropolitana como em Belo Horizonte, em que  
1356 ninguém sabe cadê o Alphaville que vai surgir ali, e aí surge um tal que não sei  
1357 que diabo é, que está uma confusão danada, e não sei aonde. Aí vem o  
1358 município de Lagoa Santa, sai lá do aeroporto, não sei das contas. Isso é uma  
1359 loucura. Como fica uma coisa dessa? Em cinco anos que passam, as realidades  
1360 mudam demais. Eu acho o seguinte. Nós temos que tentar acompanhar isso, ver  
1361 se esse Plano Diretor vai dar o mínimo de ordenação, e eu acho que essas  
1362 complicações todas e que são reais e precisam de solução, uma das grandes  
1363 culpadas, além dessa maluquice desse planejamento, é aquela falta de água que  
1364 houve e que causou problema não só em Belo Horizonte, mas causou em São  
1365 Paulo e em todo lugar. Em São Paulo, continua o problema, porque lá cresce  
1366 mais rápido do que aqui. Então é essa observação que eu tenho que fazer. A  
1367 Abes luta pela universalização do saneamento. Então vemos que é preciso criar  
1368 situações novas, discutir situações novas, dentro de possibilidades que  
1369 mantenham que o Tales falou. Querem uma privatização para poder ficar com o  
1370 filé e deixar o governo do Estado, como o meu Vale do Jequitinhonha, Araçuaí,



1371 Comercinho do Bruno, aí vai ser uma tristeza. Eu estou falando de gente que  
1372 precisa de água para beber e de água tratada. A Copasa tem 650 cidades que já  
1373 têm água. Se temos que correr atrás do esgoto, são 650 municípios que têm  
1374 água. Mexer nesse negócio para ver se vai dar certo me parece uma absoluta  
1375 irresponsabilidade, se isso não for muito bem tratado com os municípios, com as  
1376 regionais. Porque não estamos falando de uma coisa que demorou muito, todas  
1377 as dificuldades de que o Tales falou, nós estamos nesse patamar. E ninguém  
1378 fala. Nós temos 650 e tantas cidades, municípios, sedes municipais...”  
1379 Conselheiro Nelson Cunha Guimarães: “São 639.” Conselheiro José Antônio da  
1380 Cunha Melo: “São 639, que têm um bocado de distrito, e está faltando muito  
1381 ainda. Não está resolvido. São muitos distritos. Mas nós estamos em uma  
1382 posição em que é preciso ter responsabilidade para não deixar isso cair. Era isso  
1383 que eu queria falar. E digo o seguinte. Avaliar novas situações é uma obrigação  
1384 nossa pelos tempos modernos, pelas coisas todas que surgem, por outras  
1385 possibilidades de modelo. É isso que nós queremos. Mas não vamos esquecer  
1386 até aonde a empresa foi nos 30 anos.” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães:  
1387 “Eu concordo com o José Antônio. Essa questão do Plano Diretor, ele existe e  
1388 tem que ser atualizado. É o que acontece mesmo. Normalmente se atualizaria a  
1389 cada cinco anos. Na realidade, a coisa muda tanto que, às vezes, quando você  
1390 contrata o Plano Diretor, o contrato é de dois anos, dois anos e meio, quando  
1391 terminou já está desatualizado, e você tem que contratar de novo. No caso, esse  
1392 Plano ao qual estou me referindo aqui deve ficar pronto agora, e é justamente em  
1393 cima de todo esse contexto que ele foi contratado e atualizado, considerando,  
1394 inclusive, essa questão desse período crítico pelo qual nós passamos a partir de  
1395 2014. Eu acho que não preciso muito alongar. José Antônio, eu sei que foi  
1396 estudada essa possibilidade. Tem uma questão técnica. Eu não sou do grupo  
1397 técnico que define as soluções, mas foi estudada, sim, e ela foi descartada.  
1398 Depois eu até te conto, eu vou procurar saber, mas não vou saber dizer agora. É  
1399 só isso. E agradecer e dizer que a empresa está se concentrando e trabalhando  
1400 quase em mutirão para buscar alternativas para garantir essa segurança. Todos  
1401 os esforços estão sendo feitos. Com apoio do IGAM, já fizemos duas ou três  
1402 reuniões para avaliar cada uma dessas situações, qual é a viabilidade, refazendo  
1403 estudos hidrológicos. Obviamente que ninguém vai propor uma solução se não  
1404 tem água, mas é uma situação que para nós também é complicada e difícil, mas  
1405 estamos nos esforçando para passar por essa crise.” Presidente Anderson Silva  
1406 de Aquilar: “Só resgatar uma fala aqui, acho que o Eduardo que fez. Somos todos  
1407 amigos, a crítica faz parte da construção. Se não fosse a crítica, não haveria  
1408 ciência e a sua evolução. E o Conselho, como eu falei também no início, nós  
1409 promovemos aqui a fiscalização também dos órgãos. E na reforma administrativa  
1410 o Saneamento vem para a SEMAD. A Copasa não está como uma das  
1411 vinculadas, mas a Arsae está. Então que o Conselho possa contar com essa  
1412 nova atribuição do Sisema para fazer mais força em relação àquilo que é cobrado  
1413 pela sociedade e pelo Conselho também.” **10) ASSUNTOS GERAIS.** Presidente

1414 Anderson Silva de Aguilár: “Apenas fechando aqui nos ‘Assuntos Gerais’,  
1415 aproveitando a vinda da Bruna aqui, dizer que foi dada, no dia 30/5, uma Licença  
1416 de Instalação e Licença Prévia para instalação da mineração de lítio em Itinga,  
1417 que é próximo a Araçuaí. E que vai trazer o desenvolvimento local e regional e é  
1418 uma atividade importantíssima para impulsionar o ciclo, principalmente de  
1419 baterias, na indústria de produção de energia fotovoltaica. Então saímos um  
1420 pouco dos commodities e acabamos entrando na era do manufaturado e também  
1421 da tecnologia.” **11) ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos a serem  
1422 tratados, o presidente Anderson Silva de Aguilár agradeceu a presença de todos  
1423 e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

1424

1425

---

**APROVAÇÃO DA ATA**

1426

1427

1428

1429

1430

---

**Anderson Silva de Aguilár**  
**Presidente suplente do Plenário do CERH**